



PRIMEIRA INFÂNCIA

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

2024-2034



PREFEITURA DE
HERCULÂNDIA

REALIZAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERCULÂNDIA

Paulo Sérgio de Oliveira
Prefeito Municipal

Sebastião Rodrigues Neto
Vice-Prefeito

Prof. Me. Cristiano Vieira dos Santos
Secretário Municipal de Educação

Silmara Baquetti de Oliveira Silva
Secretária Municipal de Promoção Social

Adriana Gabriela de Freitas
Secretária Municipal de Saúde

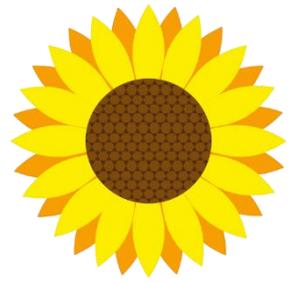
Francisco Rodrigues Simões Neto
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Marcelo Patrício Monteiro
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Rogério Morandi Cabral
Secretário Municipal de Cultura e Turismo
Presidente CMDCA

Herculândia, 2024

COMITÊ MUNICIPAL
Decreto Nº 108 de 21 de novembro de 2023



Representando o Poder Executivo Municipal:

Titular: Pamela Alves dos Santos;

Suplente: Cícero Bezerra de Souza.

Representando a Secretaria Municipal da Educação:

Titular: Cristiano Vieira dos Santos;

Suplente: Tatiane Zanela Rodrigues

Representando a Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Celi Tamashiro Fushimi

Suplente: Adriana Gabriela de Freitas

Representando a Secretaria Municipal da Cultura:

Titular: Rogério Morandi Cabral

Suplente: Maria Aparecida dos Santos Vello

Representando a Secretaria Municipal da Promoção Social:

Titular: Silmara Baquetti de Oliveira Silva

Suplente: Miriam Aparecida Candido Vidotti

**Representando o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -
CMDCA:**

Titular: Ieda Maria Torahico

Suplente: Fernando Artero

Representando o Conselho Municipal de Educação:

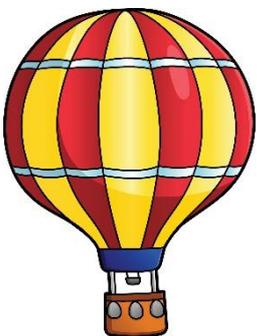
Titular: Marlene dos Santos Diniz

Suplente: Rosana da Silva Amici

Representando o Conselho Tutelar:

Titular: Ivete Soares de Melo

Suplente: Edivane de Almeida Jacondino Pereira



Herculândia, 2024

COLABORADORES



Viviane Aparecida Cardoso Rodrigues Santos
Coordenadora Educação Infantil

Rosana da Silva Amici
Coordenadora Educação Infantil

Denise Palomo
Coordenadora Educação Infantil

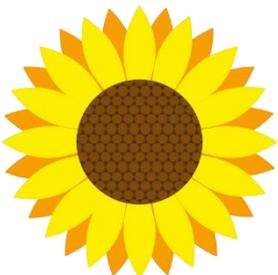
Geisa Aparecida Alves Martins
Coordenadora Ensino Fundamental I

Marlene dos Santos Diniz
Técnica da Secretaria da Educação

Tatiane Zanela Rodrigues
Técnica da Secretaria da Educação

Prof. Me. Cristiano Vieira dos Santos
Coordenação Geral e Supervisão do PMPI

Herculândia, 2024





Na cidade ideal das crianças...



“Tudo seria colorido,

as pessoas jogariam o lixo fora;

cuidariam das ruas,



plantariam mais flores e árvores e

construiriam mais praças com brinquedos”



AGRADECIMENTOS

A elaboração deste documento não seria possível sem a participação e colaboração de diferentes atores do poder público e da sociedade civil. A Prefeitura Municipal de Herculândia agradece a todos os envolvidos no processo de construção do Plano Municipal pela Primeira Infância, em especial:

às **Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Promoção Social, Cultura e Turismo** pelas contribuições técnicas ao documento;

às equipes dos **Centros Municipal de Educação Infantil (CMEIs)**, das **Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI)** que realizaram as oficinas com as crianças.

DEDICATÓRIA

Às crianças queridas de Herculândia,
Com ternura e esperança, este plano é dedicado a vocês,
Que trazem luz aos nossos dias e inspiração aos nossos sonhos.
Que cada passo seja guiado pelo amor e pela proteção,
E que cresçam rodeadas de carinho, aprendizado e alegria.
Que o futuro que vocês construirão seja brilhante e cheio de oportunidades,
Porque cada uma de vocês é um presente valioso para nossa comunidade.

Com todo carinho e dedicação.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HERCULÂNDIA.....	18
1.1 HISTÓRICO DE HERCULÂNDIA	18
2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	25
3. PRINCÍPIOS.....	27
3.1 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E INDIVÍDUO ÚNICO.....	28
3.2 RESPEITO À DIVERSIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA	29
3.3 DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA	30
3.4 CONSTRUINDO UMA SOCIEDADE MAIS INCLUSIVA	30
3.5 A PRIORIDADE ABSOLUTA DOS DIREITOS DA CRIANÇA.....	31
3.6 GARANTIA DE ATENÇÃO DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO	32
4. DIRETRIZES	33
4.1 DIRETRIZES POLÍTICAS	33
4.2 DIRETRIZES TÉCNICAS	34
5. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA – 2024.....	37
5.1 INDICADORES DA EDUCAÇÃO	37
5.2 PRINCIPAIS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, RELACIONADOS À PRIMEIRA INFÂNCIA:	45
6. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA - 2024	46
PROMOÇÃO SOCIAL.....	46
6.1 INDICADORES SEGURANÇA E PROTEÇÃO	46
6.2 PROGRAMA VIVA LEITE.....	47
6.3 VIOLÊNCIA FÍSICA	50
6.4 A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	51
6.5 NEGLIGÊNCIA	51
6.6 EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	51
6.7 CONSELHO TUTELAR DE HERCULÂNDIA.....	52
7. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA - 2024	53
7.1 SAÚDE.....	53
7.2 INDICADORES NUTRICIONAIS	60
8. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA – 2024.....	65
8.1 INDICADORES NUTRICIONAIS	65

9. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA - 2024	69
9.1 A VISÃO DAS CRIANÇAS	69
9.2 PROCESSO E METODOLOGIA DA ESCUTA	71
9.3 VOZ DAS CRIANÇAS DE HERCULÂNDIA.....	74
10. METAS E ESTRATÉGIAS.....	92
11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMPI.....	117
11.1 GOVERNANÇA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	119
12. REFERÊNCIAS	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrícula na Educação Infantil por dependência administrativa	39
Tabela 2 - Matrícula na Creche por dependência administrativa 2013 – 2023.	40
Tabela 3 - Matrícula na pré-escola 2013 – 2023	43
Tabela 4 - Número de matrículas por tipo de deficiência, (2013-2023).....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos ano de 2022.	41
Gráfico 2 - Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos ano de 2023	41
Gráfico 3 - Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos (2023).	43
Gráfico 4 - Total de crianças entre 0 e 6 anos no município, inscritas no CadÚnico e beneficiários do Bolsa Família (2023)	48
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil até 1 ano de idade (2010-2022).	55
Gráfico 6 - Percentual de mortalidade infantil (até 1 ano) por Causas Evitáveis (2011 – 2022).....	56
Gráfico 7 - Percentual de cobertura de Equipe Saúde da Família na população total do município (2010 – 2023).	57
Gráfico 8 - Total de partos de mães adolescentes (até 19 anos) por ano (2000 – 2022)...	58
Gráfico 9 - Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas pré-natal (2008-2022).....	60
Gráfico 10 - Total de nascimentos registrados como Baixo Peso (2002- 2022).....	62
Gráfico 11 - Percentual de peso baixo ou muito abaixo para idade – 0 a 5 anos (2022). .	62
Gráfico 12 - Aleitamento materno (menores de 6 meses de idade) (2022).....	63
Gráfico 13 - Total de nascimentos registrados como Baixo Peso (2002- 2022).....	66
Gráfico 14 - Percentual de peso baixo ou muito abaixo para idade – 0 a 5 anos (2022) ..	67
Gráfico 15 - Aleitamento materno (menores de 6 meses de idade) (2022).....	68

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Cemei Leda Novaes Tenório	17
Imagem 2 - Primeiro Grupo Escolar de Herculândia (1931).....	21
Imagem 3 - Desfile cívico de 7 de setembro de Herculândia (1952)	22
Imagem 4 - Inauguração do novo prédio do grupo escolar de Herculândia (1951)	23
Imagem 5 - Novo prédio do grupo escolar de Herculândia (1951)	24
Imagem 6 - EMEF Dona Maria Barbiéri de Freitas (2024).....	24
Imagem 7 - EMEI Professora Odete Sanches Lovato Rodrigues.....	70
Imagem 8 - EMEI Professora Odete Sanches Lovato Rodrigues.....	70
Imagem 9 - O que o prefeito faz pelo município?	72
Imagem 10 - O que faz uma cidade bonita?	72
Imagem 11 - O que eu mais gosto na minha cidade.....	73
Imagem 12 - O que eu não gosto na minha cidade.....	73
Imagem 13 - Atividade com as crianças do Cemei Leda Maternal I-A	77
Imagem 14 - Atividade com as crianças do Cemei Leda Maternal I-A	77
Imagem 15 - Atividade com as crianças do Cemei Leda Maternal II-B	81
Imagem 16 - Atividades com alunos do maternal Fábio Almeida	83
Imagem 17 – atividade com os alunos da EMEF Barbieri	86

LISTA DE SIGLAS

AB- Atenção Básica
AEE- Atendimento Educacional Especializado
AME- Ambulatório Médico de Especialidade APS- Atenção Primária à Saúde
BPN- Batidas Por Minuto
CadSUS- Cadastro Nacional do SUS
NAEE- Núcleo de atendimento educacional especializado.
CMDCA- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
EAB- Equipes de Atenção Básica
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente EF- Ensino Fundamental
EI- Anos Iniciais
EMEI- Escola Municipal de Educação Infantil.
ESF- Equipes de Saúde da Família
ESF- Estratégia de Saúde da Família
LDB- Lei de Diretrizes e Bases LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias LOA- Lei Orçamentária Anual
OMS- Organização Mundial da Saúde
PMPI- Plano Municipal da Primeira Infância
PPA- Plano Plurianual
PSE- Programa Saúde na Escola
SED- Secretaria Escolar Digital
SIM- Sistema de Informações sobre mortalidade
SINAN- Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação
SINASC- Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SIPNI- Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações
SISVAN- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMASPS- Secretaria Municipal da Assistência e Promoção Social
SME- Secretaria Municipal de Educação
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
SUS- Sistema Único de Saúde
UBS- Unidade Básica de Saúde

RESUMO

O Plano Municipal da Primeira Infância de Herculândia é um documento estratégico e abrangente que visa promover o desenvolvimento integral das crianças nos primeiros anos de vida. Este plano é fundamentado na garantia dos direitos das crianças, focando em áreas cruciais como saúde, educação, assistência social e cultura. Em termos de saúde, o plano prioriza a promoção do aleitamento materno, a vacinação, o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, além de medidas preventivas para garantir a saúde física e emocional das crianças. No âmbito educacional, busca-se expandir o acesso à educação infantil de qualidade, com ênfase no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças. Isso inclui a valorização de espaços educativos adequados e capacitados para atender às necessidades específicas dessa faixa etária. Na área de assistência social, o plano visa fortalecer o apoio às famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, através de programas de orientação parental, suporte psicológico e acesso a benefícios sociais essenciais. Além disso, o plano promove ações culturais voltadas para as crianças, incentivando o acesso à arte, ao esporte e à cultura local, como formas de estimular a criatividade, a expressão e o desenvolvimento emocional. Em síntese, o Plano Municipal da Primeira Infância de Herculândia representa um compromisso com o futuro da cidade, investindo de maneira estratégica nos primeiros anos de vida das crianças para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e preparada para enfrentar os desafios do século XXI.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir com prioridade absoluta os direitos à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária para crianças, adolescentes e jovens. Além disso, devem ser protegidos contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Portanto, garantir a proteção e o cuidado integral da criança para que possa viver plenamente e desenvolver todo o seu potencial humano é uma responsabilidade prioritária e compartilhada, como expressa o conhecido provérbio africano: "é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança".

A primeira infância, que abrange desde o nascimento até os 6 anos de idade, é um período crucial para a formação humana. Há amplas evidências científicas que indicam ser nesta fase que o desenvolvimento cerebral ocorre de forma intensa, estabelecendo as bases para o crescimento físico, cognitivo e psicossocial. As experiências vividas nos primeiros anos de vida, sejam elas positivas ou negativas, influenciam diretamente na estruturação do cérebro, afetando a amplitude e a qualidade das competências e habilidades adquiridas durante a infância, o que repercute ao longo de toda a vida da pessoa.

No Brasil, a relevância da primeira infância e a importância da promoção dos direitos das crianças nessa fase são reconhecidas pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016). Esta legislação estabelece princípios e diretrizes para políticas públicas em todos os níveis federais, incluindo a obrigação de elaboração de planos municipais e estaduais voltados para a primeira infância.

Com uma população de pouco mais de 500 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, a cidade de Herculândia está elaborando o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI/Herculândia). Este plano visa detalhar metas e estratégias específicas para garantir uma infância inicial plena, estimulante e saudável para todas as crianças do município.

Entre as ações previstas estão iniciativas para fortalecer a rede de cuidados infantis, promover o desenvolvimento integral das crianças por meio de programas educacionais e recreativos adequados à idade, garantir acesso a serviços de saúde de qualidade, e criar ambientes seguros e acolhedores para o crescimento saudável e feliz das crianças.

O PMPI/Herculândia também enfatiza a importância da participação ativa das famílias, da comunidade e dos diversos setores da sociedade civil na implementação das

políticas públicas voltadas para a primeira infância, visando assim construir um futuro mais justo e equitativo para todas as crianças da cidade.

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é um instrumento técnico-político destinado a garantir os direitos e promover o desenvolvimento integral das crianças nessa faixa etária. Ele desempenha uma dupla função: orientar a atuação do poder público, da sociedade e das famílias, que são corresponsáveis pela criação das condições ideais para o pleno desenvolvimento infantil; e servir como uma ferramenta de monitoramento e avaliação dessa atuação, ao estabelecer metas e estratégias necessárias para alcançar seus objetivos estratégicos.

São quatro os eixos estratégicos do PMPI:

I. Garantir as condições para a articulação intersetorial dos programas, projetos e ações para o atendimento integral na primeira infância.

II. Garantir a todas as crianças na primeira infância educação, cuidados e estímulos que contribuam para seu desenvolvimento integral.

III. Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância.

IV. Garantir o direito à vida, à saúde e à boa nutrição a gestantes e crianças na primeira infância.

Baseado em robustas evidências científicas que enfatizam a importância do desenvolvimento integral na primeira infância para o bem-estar ao longo da vida e para toda a sociedade a longo prazo, o PMPI se apoia no conhecimento consolidado de que intervenções nessa fase são fundamentais para garantir igualdade de oportunidades para todas as crianças. Ao focar nessa etapa crucial, não apenas se ampliam as possibilidades de quebrar o ciclo de pobreza em famílias em situação de vulnerabilidade, mas também se estabelece uma base sólida para um futuro mais justo e próspero para todos os cidadãos.

Entre a gestação e os 6 anos de idade, o cérebro humano passa por seu período de desenvolvimento mais acelerado em comparação a qualquer outra fase da vida. Este desenvolvimento é diretamente influenciado pela qualidade dos estímulos recebidos, pelos vínculos formados com as pessoas ao redor e pelo ambiente em que a criança vive. Esses fatores são determinantes para o desenvolvimento das competências cognitivas, sociais, físicas e emocionais da criança.

Estudos indicam que adultos que não conseguiram atingir seu pleno potencial de desenvolvimento na infância enfrentam uma perda média anual de rendimento de cerca de 26%. Isso demonstra claramente que investir na primeira infância não só é uma medida

socioeconômica altamente eficaz, mas também eficiente. Portanto, a necessidade de priorizar esse investimento é inquestionável.

Ao priorizar o investimento nessa fase inicial da vida, não apenas se promove um desenvolvimento mais saudável e equilibrado das crianças, mas também se estabelece uma base sólida para um futuro mais próspero e igualitário para toda a sociedade. Essa abordagem não só beneficia individualmente as crianças, garantindo-lhes melhores oportunidades de vida, mas também contribui positivamente para o crescimento econômico e social de longo prazo de uma nação.

Portanto, é crucial assegurar nos primeiros anos de vida as condições necessárias para que todas as crianças tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente. Essas condições envolvem garantir os direitos fundamentais das crianças, como acesso à educação, saúde, moradia, alimentação, cultura, lazer, convivência familiar e comunitária, além de crescer em um ambiente seguro e afetivo.

Imagem 1 – Cemei Leda Novaes Tenório



Fonte: Secretaria da Educação, 2024.

1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HERCULÂNDIA.

O município de Herculândia está localizado no setor oeste do Estado de São Paulo, abrangendo uma área de 364,2 km², com altitude média de 502 metros acima do nível do mar. Sua sede está situada nas coordenadas 22°00'17" de latitude sul e 50°23'07" de longitude oeste. Herculândia faz parte da Região Administrativa de Marília e da Região de Governo de Tupã, fazendo divisa ao norte com os municípios de Arco-Íris e Queiroz, a leste com Pompéia e Quintana, e a oeste com Tupã. Está localizado a uma distância de 458 km da capital paulista.

Herculândia foi elevada à categoria de município pelo Decreto nº 14.334, de 30 de novembro de 1944. A formação territorial do novo município incluiu parte das terras do antigo Distrito de Paz de Herculânia (então pertencente a Pompéia) e parte das terras de Parnaso (pertencente a Tupã). Assim, Herculândia tornou-se um município independente em 30 de novembro de 1944, marcando sua emancipação e consolidando sua identidade histórica e administrativa na região oeste paulista.

1.1 HISTÓRICO DE HERCULÂNDIA

Em 1923, os portugueses Antônio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva, com 19 anos na época, compraram 53 alqueires de terra e marcaram o povoado de Alto Cafezal, um dos três que dariam origem ao município de Marília.

Quatro anos depois, José Pereira da Silva (nascido em 19/12/1896 na cidade de Barra Mansa/RJ) deixou Alto Cafezal e se estabeleceu, com a família, na região do Ribeirão Iacri, onde fundou o povoado de Sant'Anna.

Esse povoado teve rápido crescimento e, em 18 de setembro de 1930, foi elevado a distrito do município de Glicério (Distrito criado com a denominação de Glicério, por Lei Estadual nº 1747, de 19 de novembro de 1920, no Município de Penápolis. Elevado à categoria de vila com a denominação de Glicério, por Lei Estadual nº 2114, de dezembro 1925, desmembrado de Penápolis. Constituído de 3 Distritos: Glicério, Braúna e Herculânia.

Herculânia, recebe este nome em homenagem a Uladislau Herculano de Freitas Guimarães (nascido em Arroio Grande, no dia 25 de novembro de 1865 — e falecido no Rio de Janeiro em 14 de maio de 1926), foi advogado, político brasileiro e o terceiro presidente do Paraná em período republicano. Oito anos mais tarde, em 30 de novembro de 1938, o distrito de Herculânia é transferido para o município de Pompéia. O município tal qual o

conhecemos hoje, foi criado em 30 de novembro de 1944, em território desmembrado de Pompéia e Tupã, já como Herculândia.

Herculândia é uma cidade localizada no interior do estado de São Paulo, Brasil, com uma história que remonta ao século XX. Fundada oficialmente em 1927, a região onde hoje se ergue Herculândia começou a ser povoada por volta de 1923, com a chegada de colonos que buscavam novas oportunidades em terras férteis e propícias para a agricultura.

1. Origens e Colonização:

Primeiros Assentamentos: Os primeiros moradores da região eram principalmente agricultores, que se estabeleceram ao redor das terras propícias para o cultivo de café, milho, algodão e outros produtos agrícolas.

Desenvolvimento Urbano: Com o tempo, pequenos núcleos de povoamento se formaram, levando à necessidade de estruturas básicas como igrejas, escolas e comércios locais.

2. Crescimento e Consolidação:

Fundação de Herculândia: A cidade foi oficialmente fundada em 1927, consolidando-se como um ponto central para os colonos da região.

Infraestrutura e Serviços: A partir da década de 1930, Herculândia começou a desenvolver sua infraestrutura urbana, com a construção de escolas, postos de saúde, e o crescimento do comércio local.

3. Economia e Agricultura:

Base Econômica: A economia inicial de Herculândia girava em torno da agricultura, com destaque para culturas como café, algodão e mais tarde a cana-de-açúcar.

Diversificação: Ao longo dos anos, a cidade diversificou suas atividades econômicas, incorporando também o comércio e serviços para atender à crescente população urbana.

4. Cultura e Identidade Local:

Tradições: Herculândia preserva tradições culturais e eventos comunitários que refletem suas raízes agrícolas e o espírito comunitário de seus habitantes.

Educação e Cultura: A cidade valoriza a educação e possui instituições que promovem a cultura local, reforçando o orgulho e a identidade dos herculandenses.

5. Desenvolvimento Contínuo:

Modernização: Ao longo das décadas, Herculândia experimentou um crescimento constante, modernizando suas infraestruturas e serviços para atender às demandas de uma população em expansão.

Perspectivas Futuras: Atualmente, a cidade continua a se desenvolver, buscando equilibrar o progresso econômico com a preservação de suas raízes históricas e culturais.

Em suma, Herculândia é uma cidade que se destaca pela sua história de pioneirismo agrícola e pelo espírito de comunidade que permeia suas tradições. Desde sua fundação até os dias atuais, a cidade tem evoluído, mantendo seu vínculo com o passado enquanto busca um futuro promissor para seus habitantes.

Desde sua povoação, com a chegada de colonos que buscavam uma nova vida, os fundadores já pensavam na educação dos que ali se instalavam. A construção do primeiro grupo escolar em Herculândia, inaugurado em 1931, foi um marco significativo na história educacional dessa cidade. Esse evento não apenas representou um avanço na infraestrutura educacional local, mas também refletiu mudanças mais amplas na sociedade brasileira da época, especialmente no que diz respeito à democratização do acesso à educação.

1. Contexto Histórico e Social:

Era Vargas: Na década de 1930, o Brasil estava sob o governo de Getúlio Vargas, um período marcado por transformações políticas, econômicas e sociais significativas.

Movimentos Educacionais: Houve uma crescente conscientização sobre a importância da educação como um instrumento de progresso social e desenvolvimento nacional.

2. Impacto Local:

Melhoria na Infraestrutura: A construção do grupo escolar representou um avanço na infraestrutura educacional local, oferecendo instalações adequadas para o ensino de crianças.

Acesso à Educação: Antes da inauguração do grupo escolar, muitas crianças poderiam não ter acesso regular à educação formal devido à falta de escolas próximas ou adequadas.

3. Benefícios para a Comunidade:

Promoção da Educação Básica: O grupo escolar proporcionou uma base educacional sólida para crianças, preparando-as para desafios futuros acadêmicos e profissionais.

Impacto Social: A educação formal ajudou a fortalecer a comunidade local, capacitando jovens a se tornarem cidadãos informados e participativos.

4. Legado e Continuidade:

Desenvolvimento Educacional: A construção do primeiro grupo escolar em Herculândia serviu como um catalisador para o desenvolvimento contínuo da educação na região, incentivando a expansão de mais escolas e melhorias nos sistemas educacionais.

Memória Coletiva: A inauguração do grupo escolar em 1931 é lembrada como um evento significativo na história da cidade, destacando o compromisso com a educação como um direito fundamental.

Em resumo, a construção do primeiro grupo escolar em Herculândia em 1931 foi um passo importante para a comunidade local, simbolizando não apenas um avanço educacional, mas também um compromisso com o futuro e desenvolvimento das crianças da região. Essa iniciativa contribuiu para moldar o ambiente educacional local e deixou um legado duradouro na história da cidade.

Imagem 2 - Primeiro Grupo Escolar de Herculândia (1931)



Fonte: Secretaria da Cultura de Herculândia, 2024.

Imagem 3 - Desfile cívico de 7 de setembro de Herculândia (1952)



Fonte: Secretaria da Cultura de Herculândia, 2024.

A imagem 3 representa o desfile cívico de 7 de setembro de 1952 em Herculândia, que foi um evento marcante na história do município, celebrando a independência do Brasil e fortalecendo o sentimento de patriotismo entre os moradores. Neste desfile, os alunos do grupo escolar, participaram, destacando-se pela organização e pelo entusiasmo demonstrado pela comunidade.

Os desfiles cívicos de 7 de setembro têm uma longa tradição no Brasil, remontando ao século XIX, e em Herculândia não foi diferente. Em 1952, as ruas foram decoradas com bandeiras do Brasil, faixas e outros adornos patrióticos, criando um ambiente festivo e solene ao mesmo tempo.

Durante o desfile, o grupo escolar apresentou seus alunos uniformizados, muitas vezes com trajes característicos da época, como os tradicionais uniformes escolares. participaram, exibindo suas bandeiras e símbolos.

Os desfiles cívicos de 7 de setembro são momentos significativos para as comunidades, pois além de celebrarem a independência do país, promovem a integração social, valorizam a história e fortalecem os laços de pertencimento e identidade local.

Imagem 4 - Inauguração do novo prédio do grupo escolar de Herculândia (1951)



Fonte: Secretaria da Cultura de Herculândia, 2024.

A inauguração do novo prédio do grupo escolar de Herculândia em 1951 (Imagem 3) representou um importante marco na história educacional e cultural do município. Este evento não apenas simbolizou um avanço na infraestrutura educacional local, mas também refletiu o compromisso da comunidade com a educação e o desenvolvimento das futuras gerações.

O novo prédio do grupo escolar representou um significativo progresso em relação às instalações anteriores, visto que era composto por um prédio de madeira e um complemento de salas que mais tarde seria a sede da primeira prefeitura e hoje abriga a biblioteca municipal. O novo prédio veio proporcionar melhores condições de aprendizado para os estudantes da época. Com salas mais espaçosas, e infraestrutura adequada, o ambiente educacional se tornou mais propício ao ensino e ao desenvolvimento integral dos alunos.

A cerimônia de inauguração foi marcada por uma atmosfera festiva e solene, com a presença de autoridades locais, líderes comunitários, pais, alunos e demais membros da sociedade. Discursos foram proferidos enfatizando a importância da educação como ferramenta essencial para o progresso social e econômico do município.

Assim, a inauguração do novo prédio do grupo escolar em 1951 não apenas representou um marco arquitetônico, mas também um símbolo de progresso educacional e comunitário, reafirmando o compromisso da cidade com a qualidade da educação e o desenvolvimento de suas futuras gerações.

Imagem 5 - Novo prédio do grupo escolar de Herculândia (1951)



Fonte: Secretaria da Cultura de Herculândia, 2024.

Atualmente, o mesmo prédio, após diversas reformas e melhorias ao longo dos anos, continua desempenhando seu papel crucial no cenário educacional das crianças do município de Herculândia, abrigando a EMEF Dona Maria Barbiéri de Freitas.

Ao longo do tempo, o prédio passou por várias melhorias estruturais e adaptações para atender às necessidades educacionais modernas, garantindo um ambiente adequado e propício para o aprendizado dos alunos. As reformas realizadas visaram não apenas manter a integridade física do edifício, mas também promover melhorias significativas em termos de conforto, segurança e funcionalidade das instalações escolares.

Imagem 6 - EMEF Dona Maria Barbiéri de Freitas (2024)



Fonte: Secretaria da Educação de Herculândia, 2024.

2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O PMPI/HERCULÂNDIA é fundamentado em dois princípios essenciais para o cuidado na primeira infância: a prioridade absoluta da criança e a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias na promoção e proteção dos direitos infantis. A prioridade absoluta da criança, conforme estabelecido no artigo 227 da Constituição Federal e reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no parágrafo único do artigo 4º, abrange:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

Esses princípios orientam o PMPI/HERCULÂNDIA na formulação de estratégias e na implementação de ações voltadas para o desenvolvimento integral e a proteção integral das crianças durante os primeiros anos de vida.

No artigo 227 da Constituição Federal, está estabelecido o princípio da corresponsabilidade da sociedade, das famílias e do poder público pelo desenvolvimento, cuidado e proteção das crianças. Esse princípio embasa diversos direitos regulamentados em lei, como o dever dos pais de prover alimentos aos filhos e a obrigação das empresas de oferecer creche aos filhos de seus funcionários, conforme previsto.

Seguindo este princípio, os eixos estratégicos do PMPI/HERCULÂNDIA serão alcançados somente por meio de um esforço conjunto que envolve o Estado, a sociedade, as famílias, as organizações da sociedade civil e o setor privado. Portanto, as metas e estratégias delineadas não se limitam apenas ao poder público, mas também se dirigem aos demais agentes responsáveis pela promoção e proteção dos direitos da criança. Este enfoque colaborativo é essencial para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento integral e ao bem-estar das crianças em Herculândia.

O PMPI/HERCULÂNDIA se destaca pela sua abordagem integrada e colaborativa, projetada para fortalecer o envolvimento de todos os atores relevantes na promoção do desenvolvimento integral na primeira infância. Isso inclui não apenas o governo local, mas também a sociedade civil, as famílias, as organizações não governamentais e o setor privado. A cooperação entre esses diferentes setores é fundamental para implementar eficazmente as estratégias delineadas no plano, visando criar um ambiente propício ao crescimento saudável e ao bem-estar das crianças em Herculândia.

Além disso, a sincronia temporal e conceitual do PMPI/HERCULÂNDIA com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU para serem alcançados até 2030, demonstra o compromisso da cidade com metas globais de sustentabilidade. O plano foi elaborado levando em consideração as metas específicas relacionadas à infância presentes nos ODS, adaptando-as à realidade local para assegurar que as crianças de Herculândia se beneficiem plenamente das oportunidades proporcionadas por esse marco internacional.

Portanto, o PMPI/HERCULÂNDIA não apenas busca cumprir objetivos locais, mas também contribuir de forma significativa para um futuro mais inclusivo, equitativo e sustentável, alinhado aos princípios universais de desenvolvimento humano e bem-estar infantil.

1. Erradicação da pobreza Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Fome zero e agricultura sustentável Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Saúde e bem-estar Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
4. Educação de qualidade Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
5. Igualdade de gênero Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Água potável e saneamento Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
7. Energia limpa e acessível Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
8. Trabalho decente e crescimento econômico Promover o crescimento

econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

9. Indústria, inovação e infraestrutura Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Redução das desigualdades Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Cidades e comunidades sustentáveis Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Consumo e produção responsáveis Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Ação contra a mudança global do clima Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Vida na água Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Vida terrestre Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Paz, justiça e instituições eficazes Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Parcerias e meios de implementação Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Outra diretriz que embasa o PMPI/HERCULÂNDIA diz respeito à priorização das crianças em situação de vulnerabilidade e está fixada tanto na legislação nacional (Marco Legal da Primeira Infância - Lei nº 13.257/16 – art. 14, § 2º) quanto na municipal (Lei nº 3.201 de 20 de abril de 2023 que dispõe sobre princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas públicas pela primeira infância no município de São Paulo e sobre o plano municipal pela primeira infância e dá outras providências).

3. PRINCÍPIOS

O Plano propõe a implementação de ferramentas que integrem de maneira abrangente diversas áreas e aspectos essenciais para o desenvolvimento humano na primeira

infância. Além disso, promove eventos e parcerias para fortalecer o intercâmbio e a colaboração em rede.

Os seguintes princípios guiarão as atenções e ações voltadas para a proteção e promoção dos direitos das crianças de até seis anos de idade:

- Reconhecimento da criança como sujeito de direitos e indivíduo único;
- Respeito à diversidade em todas as suas formas;
- Promoção da integralidade do desenvolvimento infantil;
- Construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária;
- Prioridade absoluta na proteção e promoção dos direitos das crianças;
- Garantia de prioridade nos recursos, programas e ações voltados para a Primeira Infância;
- Compromisso com a atenção conjunta da família, sociedade e Estado em prol da criança.

3.1 A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS E INDIVÍDUO ÚNICO

Oliveira (2010), ao afirmar que a criança é um sujeito histórico e detentora de direitos, reforça essas ideias ao destacar que:

Ela (a criança) se desenvolve por meio das interações, relações e práticas cotidianas disponibilizadas e estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais em que está inserida. A maneira como é alimentada, se dorme em meio ao barulho ou ao silêncio, se outras crianças ou adultos brincam com ela ou se ela passa mais tempo quieta, as entonações vocais e os contatos corporais que reconhece nas pessoas que a tratam, o tipo de roupa que veste, os espaços mais abertos ou restritos onde costuma ficar, os objetos que manipula e como interagem com ela, entre outros aspectos, são elementos que compõem a história de seu desenvolvimento dentro de uma cultura. (Oliveira, 2010)

É fundamental garantir interações e convivências de qualidade entre crianças e entre adultos e crianças, além de ampliar saberes e conhecimentos de diversas naturezas para assegurar os direitos de viver plenamente a infância. Promover a igualdade de oportunidades educacionais entre crianças de diferentes classes sociais em relação ao acesso a bens culturais e às experiências da infância é essencial. Ao discutirmos a infância, reconhecemos suas pluralidades, pois existem múltiplos contextos de ser criança.

É crucial que toda criança tenha voz e vez para que seus direitos sejam garantidos, o que requer romper com relações de dominação baseadas em idade, condição socioeconômica, etnia, gênero, região, linguagem e religião. Lutamos para que cada criança possa viver sua infância com dignidade, participando ativamente, intervindo, transformando e conhecendo seu ambiente. Toda criança tem o direito de ser criança e buscar a felicidade!

3.2 RESPEITO À DIVERSIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A diversidade vai além das diferenças individuais. Ela representa a construção histórica, social e cultural das múltiplas identidades das crianças. Respeitar a diversidade significa cultivar valores como empatia, solidariedade e convivência, oferecendo oportunidades equitativas para todos.

A individualidade é central, abrangendo aspectos étnico-raciais, culturais, sociais, econômicos e religiosos. É fundamental reconhecer e valorizar os processos inclusivos e a multiplicidade que caracterizam as diversas infâncias e crianças.

É importante compreender que a diversidade é um aprendizado contínuo. Aprendemos a ser e a conviver ao desenvolver nossa identidade pessoal e coletiva, criando um senso de pertencimento social e respeitando a alteridade.

As diferenças não se limitam a características biológicas óbvias; são construídas ao longo do tempo pelos sujeitos sociais, dentro de contextos históricos, culturais e de poder. Nossa percepção das diferenças é moldada pela cultura e pelo contexto social em que vivemos.

Essa perspectiva demanda o compromisso de reconhecer e respeitar as personalidades, culturas, gostos, costumes e características individuais de cada criança. É responsabilidade da rede intersetorial orientar os serviços públicos para garantir o desenvolvimento integral de cada ser humano como cidadão ético e inclusivo.

Educar, em seu sentido mais amplo, implica preparar as pessoas para a convivência social, a cidadania e a conscientização política. A educação escolar não se limita ao conhecimento científico; ela também prepara indivíduos para exercer plenamente seus direitos e deveres na sociedade.

Cada criança possui sua própria maneira de perceber, ser e estar no mundo. Respeitar essa individualidade é essencial para promover uma sociedade diversa e inclusiva. Ao planejar ações, projetos e programas voltados para a diversidade na primeira infância, é fundamental questionar como podemos privilegiar as diferenças e contribuir para uma

sociedade verdadeiramente inclusiva. Como podemos engajar familiares, responsáveis, comunidades, setor público, privado e outros organismos locais para garantir que todas as crianças sejam cuidadas, educadas e tenham seus direitos assegurados?

3.3 DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A eficácia das políticas públicas municipais se manifesta quando há um compromisso claro com o desenvolvimento pleno das crianças em todos os seus aspectos humanos. Isso implica o planejamento, a implementação e a execução de ações que promovam o desenvolvimento global das crianças, abrangendo os aspectos intelectual, social, cultural, afetivo, psicológico, físico e simbólico.

Para alcançar uma formação integral, é fundamental que Murutinga do Sul se transforme em uma cidade educadora, oferecendo serviços que apoiem o desenvolvimento das crianças desde seu nascimento. Cada criança tem o direito fundamental à Educação Integral, um princípio respaldado por diversas normativas legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que, com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.796/13, define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica voltada para o desenvolvimento integral das crianças até 5 anos de idade, complementando o papel da família e da comunidade.

As reuniões periódicas entre os diferentes setores de Murutinga do Sul destacam a compreensão de que a Educação Integral requer colaboração, união e um esforço conjunto para garantir a plenitude do desenvolvimento das crianças. Isso envolve responsabilidade coletiva para proporcionar às crianças atividades educativas e recreativas que promovam o desenvolvimento de suas potencialidades, fortalecendo sua autoestima e habilidades sociais, conforme propõe Paro (1998).

Além disso, é essencial garantir que as crianças tenham acesso a cuidados de saúde e alimentação adequados, com acompanhamento regular de professores, médicos, monitores, agentes de saúde e familiares, visando à prevenção de doenças e ao suporte necessário para seu pleno desenvolvimento.

Integrar as famílias nesse processo é crucial para promover um ambiente de apoio e cuidado contínuo, essencial para que cada criança possa crescer de forma saudável e feliz, vivenciando uma infância plena e digna.

3.4 Construindo uma Sociedade Mais Inclusiva

Para estabelecer uma proposta inclusiva para as crianças em todo o território municipal, é crucial que os profissionais da Educação, o Poder Público e a sociedade em geral estejam profundamente comprometidos com o conhecimento, a mudança, o respeito e, principalmente, com o compromisso social.

Termos como diversidade, acessibilidade, desafio, pertencimento, participação, equidade, respeito, acolhimento, solidariedade, aprendizado mútuo e interação são fundamentais na prática diária, não apenas nas escolas, mas em todos os serviços públicos oferecidos pela cidade.

É essencial formar indivíduos que saibam conviver com a diversidade, que acolham e respeitem as diferenças, participando ativamente da vida social para enriquecer a experiência humana. A primeira infância, fase inicial da formação das crianças, representa uma oportunidade crucial para construir valores que sustentem uma vida plena e significativa.

Documentos oficiais destacam a necessidade da inclusão desde os primeiros anos de vida, pois é nesse período que se estabelecem as bases fundamentais para a construção do conhecimento, experiências sociais mais complexas e desenvolvimento global.

Durante essa fase, o aspecto lúdico, o acesso a diversas formas de comunicação, a riqueza de estímulos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais, e a convivência com as diferenças são fundamentais para promover relações interpessoais saudáveis, respeito mútuo e valorização da criança. De zero a três anos, a oferta de atendimento educacional especializado se manifesta através de serviços de intervenção precoce, que visam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em colaboração com os serviços de saúde e assistência social (Brasil, 2008).

Todos os setores envolvidos na prestação de serviços que contribuem para a realização dos direitos da criança devem priorizar um atendimento humano, acolhedor e eficaz, que promova resultados significativos em suas vidas. A inclusão, portanto, requer mudança contínua e comprometida de todos os envolvidos.

3.5 A PRIORIDADE ABSOLUTA DOS DIREITOS DA CRIANÇA

A primeira infância requer que todos os serviços oferecidos pelo poder público deem prioridade absoluta aos cuidados das crianças de 0 a 6 anos.

Com este plano, os profissionais da administração pública reafirmam o compromisso de priorizar o atendimento às crianças, abrangendo saúde, cultura, educação, segurança, alimentação, brincadeiras, interação, participação, direito à vida familiar e à inserção no mundo. É dever do poder público, das famílias e da sociedade garantir todas essas necessidades, fortalecendo assim a formação integral do indivíduo.

Durante as discussões para a construção do diagnóstico deste Plano, destacaram-se ideias nas rodas de conversa, como: "Para priorizar a infância, é essencial investir e respeitar as necessidades, especialmente das crianças menos favorecidas"; "Educação, saúde e assistência social são cruciais para o município demonstrar seu compromisso com as crianças, sem negligenciar outras faixas etárias da população"; "O comprometimento não deve se restringir apenas à administração pública, escolas ou serviços de saúde, mas principalmente às famílias"; "Segurança, fortalecimento dos laços afetivos e serviços de qualidade em saúde, educação e todos os setores são decisivos para fortalecer o projeto de cidade que prioriza a primeira infância".

Conforme estabelece a Lei 8069 de 13 de julho de 1990:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade inclui:

- a) Receber proteção e assistência em todas as circunstâncias;
- b) Ter atendimento prioritário nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e execução de políticas sociais públicas;
- d) Destinação prioritária de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da infância e juventude.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. Qualquer violação de seus direitos fundamentais será punida conforme a lei, seja por ação ou omissão.

3.6 GARANTIA DE ATENÇÃO DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO

Assegurar a formação integral e a proteção dos direitos das crianças é uma responsabilidade compartilhada por todos: Estado, família e sociedade. Proteção, responsabilidade, integridade, união, compromisso e necessidade são fundamentais para garantir que o desenvolvimento das crianças seja de qualidade.

Destacamos o que estabelece a Lei 8069 de 13 de julho de 1990:

Art. 15. Crianças e adolescentes têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, assegurados pela Constituição e pelas leis.

Art. 16. O direito à liberdade abrange:

I - circular e estar nos espaços públicos e comunitários, exceto restrições legais;

II - expressar opiniões;

III - exercer crenças e práticas religiosas;

IV - brincar, praticar esportes e se divertir;

V - participar da vida familiar e comunitária sem discriminação;

VI - participar da vida política conforme a lei;

VII - buscar refúgio, ajuda e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito inclui a inviolabilidade da integridade física, psicológica e moral da criança e do adolescente, preservando sua imagem, identidade, autonomia, valores, ideias, crenças, espaços e objetos pessoais.

Art. 18. Todos têm o dever de proteger a dignidade da criança e do adolescente, protegendo-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. Crianças e adolescentes têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis, degradantes, como forma de correção, disciplina, educação ou qualquer outro motivo, por pais, familiares, responsáveis, agentes públicos executando medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de seu cuidado, educação ou proteção.

O município de Herculândia reconhece que para proporcionar as melhores condições para o desenvolvimento integral das crianças, é essencial investir no bem-estar social, orientar e apoiar as famílias em suas áreas de fragilidade, e que o poder público, através de políticas públicas, deve garantir os direitos estabelecidos por lei para todas as crianças.

4. DIRETRIZES

As linhas mestras que definem o caminho prioritário para a implementação deste plano são fundamentadas em diretrizes políticas e técnicas.

4.1 DIRETRIZES POLÍTICAS

- **Prioridade absoluta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA):**

A determinação constitucional e a escolha política de colocar a criança (bem como o adolescente) como prioridade máxima do Estado exigem que a LDO, a LOA e o PPA incluam e assegurem os recursos financeiros necessários para efetivar essa prioridade na prática. Embora as crianças estejam presentes em nossos corações, leis, discursos e políticas sociais, se não estiverem refletidas nos orçamentos, suas vozes ecoarão em vão e os esforços dos gestores, profissionais e demais envolvidos no cuidado das crianças serão limitados. (Brasil, PNPI, p. 30, 2020).

- **Articulação e complementação com o Plano Nacional:**

Cada esfera elabora seu próprio plano ajustado à realidade local, utilizando o plano nacional como fonte e referência. Isso promove a articulação e complementação entre todos os níveis, formando um mapa integrado do país. (Brasil, PNPI, p. 30, 2020)

- **Perspectiva de ações ao longo dos anos:**

É essencial persistir ao longo de vários anos nos objetivos e metas para garantir condições de vida dignas e promover o pleno desenvolvimento de todas as crianças brasileiras. Dada a magnitude do desafio e a multiplicidade de crianças afetadas, apenas a continuidade por vários anos na busca por esses objetivos pode alterar significativamente o cenário de adversidades enfrentado por muitas crianças. A implementação do PNPI, iniciado em 2010, juntamente com os planos estaduais, distrital e municipais, vigorando até 2030, certamente elevará a primeira infância brasileira a um nível de vida e desenvolvimento condizente com seus direitos integrais. (Brasil, PNPI, p. 30, 2020)

- **Elaboração com a participação da sociedade e das crianças:**

Esse princípio é a aplicação do que determina o artigo 227, § 7º, combinado com o artigo 204, inciso II, da Constituição Federal, e os artigos 4º, 7º e 12 da Lei nº 13.257, de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância). Isso confere ao plano sua qualidade técnica e sua legitimidade social. (Brasil, PNPI, p. 31, 2020)

- **Participação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:**

Os órgãos que compõem esse sistema desempenham um papel não apenas relevante, mas também indispensável na defesa e garantia dos direitos de cada criança e da infância como um todo. A crescente articulação entre os setores do Poder Executivo, Judiciário e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente aumenta a eficiência e eficácia das ações voltadas para esse grupo. (Brasil, PNPI, p. 31, 2020)

4.2 DIRETRIZES TÉCNICAS

- **Integralidade do PMPI:**

Esta diretriz reafirma o compromisso de desenvolver um Plano que abranja todos os direitos da criança no âmbito familiar, comunitário e institucional. As crianças não devem ser vistas de forma fragmentada; portanto, é essencial garantir a integralidade do Plano, que reflete o compromisso das diversas representações da comunidade em assegurar seu atendimento de maneira integrada e articulada.

- **Multissetorialidade das Ações de Modo Integrado:**

Refere-se à necessidade de executar projetos, programas e ações definidos no conjunto de Metas de forma integrada entre diferentes setores, órgãos colegiados,

sociedade civil organizada, administração pública e parceiros da primeira infância ao longo dos próximos dez anos. Isso visa atender às necessidades e demandas de maneira coordenada e eficaz.

- **Valorização dos Processos que Geram Atitudes de Defesa, Proteção e Promoção da Criança:**

O município adota essa diretriz com o objetivo claro de romper com a cultura de institucionalização das crianças, fortalecendo o paradigma da proteção integral e garantindo os vínculos familiares e comunitários conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante a implementação das políticas deste Plano, é crucial priorizar ações transversais e intersetoriais no âmbito do poder público e na articulação com a sociedade.

- **Valorização e Qualificação dos Profissionais:**

O compromisso é cuidar daqueles que educam, cuidam e trabalham continuamente pela promoção dos direitos das crianças. Portanto, a valorização profissional, o reconhecimento social e a formação contínua de todos os profissionais envolvidos no cotidiano das crianças são fundamentais para alcançar as metas estabelecidas neste Plano. Em Murutinga do Sul, acredita-se que garantir a máxima qualidade de vida das crianças depende diretamente de condições adequadas para esses profissionais.

- **Valor Atribuído à Forma como se Olha, Escuta e Atende a Criança:**

A maneira como profissionais, familiares e adultos interagem e escutam a criança reflete o valor, o respeito, a solidariedade e o compromisso com seu desenvolvimento saudável e integral. Uma escuta ativa encoraja a compreensão do mundo ao redor, atribuição de significados às experiências, desenvolvimento das múltiplas linguagens e interações sociais, além do acesso ao patrimônio cultural. As crianças captam todas as mensagens transmitidas pelos adultos durante as relações interpessoais.

- **Elaboração com a Participação da Sociedade e das Crianças:**

Cidades que buscam envolver as crianças nos processos decisórios, promovendo uma escuta responsiva de adultos em seu convívio, concedem voz e espaço para suas ideias e opiniões. Essa diretriz eleva a criança à condição de participante ativa na

construção da cidade. Governos que consideram a atuação dos órgãos colegiados e representativos dos direitos das crianças melhoram a qualidade e a eficácia no planejamento de suas políticas públicas.

- **Foco nos Resultados:**

Manter o foco nos resultados desejados para cada uma das metas propostas requer planejamento, articulação, investimento e engajamento. Assim, a persistência e a dedicação dos diversos atores envolvidos serão essenciais para a execução bem-sucedida do Plano.

- **Transparência, Disponibilidade e Divulgação dos Dados Coletados no Acompanhamento e na Avaliação do PMPI**

Este documento estabelece o processo de monitoramento e avaliação das metas e estratégias em períodos determinados. Os dados, informações, análises técnicas, desafios e novas necessidades que surgirem ao longo dos anos servirão como indicadores para o controle social da implementação do Plano. A divulgação dos avanços alcançados será fundamental para que o Plano seja reconhecido como um instrumento de transformação das condições de vida e desenvolvimento das crianças do município. Isso também manterá o interesse da sociedade, que poderá acompanhar sua implementação e contribuir para seu aprimoramento contínuo.

5. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA – 2024

5.1 INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Atualmente, o município possui estrutura educacional abrangente, englobando creches, pré-escolas e serviços especializados em Educação. Essas instituições desempenham um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico do país, promovendo inclusão social desde a infância, formando indivíduos críticos e criativos. A Educação não só fortalece o tecido social ao garantir uma sociedade mais justa e solidária, mas também contribui para o desenvolvimento nacional sólido, combatendo discriminação, erradicando a pobreza e reduzindo desigualdades.

Nos primeiros anos de vida, a Educação Infantil facilita a integração das crianças no ambiente social, permitindo-lhes explorar e desenvolver todo seu potencial humano. Desde o nascimento até os cinco anos completos, essa fase crucial é regulada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que visa assegurar o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando o papel da família.

Os dados e informações analisados nesta seção do documento abordam aspectos como matrículas e atendimento em creches, pré-escolas e para o público-alvo da Educação Especial. Eles não apenas facilitam a compreensão dos recursos financeiros provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, mas também orientam novas iniciativas para expandir o atendimento às crianças de Herculândia.

Atualmente, o município conta com:

Quadro 1 – Unidades Escolares etapa da educação infantil.

ETAPA	UNIDADE	BAIRRO	FAIXA ETÁRIA
Ed. Infantil	CEMEI Leda Novaes Tenório	Herculândia B	0 a 3 anos e 11 meses
Ed. Infantil	CEMEI Prof. ^a Juliana C. Gonzales	Centro	0 a 3 anos e 11 meses
Ed. Infantil	EMEI Prof. ^a Odete Sanches L. Rodrigues	Centro	3 anos e 11 meses a 5 anos e 11 meses.

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

A Secretaria Municipal de Educação através do Núcleo de Apoio Educacional Especializado – NAAE proporciona às crianças o acesso a:

- Psicólogos

- Serviço Social;
- Fonoaudiólogo;
- Professores de Educação Especial.

As unidades escolares contam também com a participação em projetos de prevenção, tais como:

- Prevenção ao Uso de Drogas;
- Orientações sobre Abuso e Violência Sexual;
- Projeto de prevenção ao Bullying;
- Busca ativa escolar.

A Educação Municipal oferece a sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado, que promove o desenvolvimento de habilidades extracurriculares nos ensinos regulares inclusivos.

A seguir, são apresentados gráficos e tabelas contendo dados e informações sobre matrículas em creches e pré-escola, Atendimento Educacional Especializado (AEE),

Quadro 2 - Matrículas na Educação Básica por dependência administrativa segundo nível/etapa de ensino (2023).

Nível/Etapa de ensino	Dependência Administrativa						Total das Redes
	Estadual-SE ¹	Estadual Outras ²	Estadual ³	Municipal	Federal	Particular	
Creche	-	-	-	201	-	10	211
Pré escola	-	-	-	200	-	3	203
Fund. Anos Iniciais	-	-	-	497	-	-	497
Fund. Anos Finais	354	-	354	-	-	-	354
Médio	198	-	198	-	-	-	198
Total	552	-	552	898	-	13	1.463

Fonte: MEC/Inep - Sinopse da Educação Básica e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 20/04/2024.

A tabela 01 apresenta o número de matrículas na Rede Educacional do município, que inclui Educação Infantil (creche e pré-escola), Ensino Fundamental (Anos Iniciais na Rede Municipal), Ensino Fundamental (Anos Finais) e Ensino Médio na Rede Estadual. Em 2023, destaca-se o maior número de matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enquanto o atendimento na Educação Infantil demonstra equilíbrio quantitativo.

Em 2024, conforme levantamento da Secretaria Municipal de Educação através da Secretaria Escolar Digital (SED), o panorama municipal é o seguinte:

Quadro 3 - Matrículas na Educação Básica por dependência administrativa segundo nível/etapa de ensino (2024)

EDUCAÇÃO	INDICADOR		DATA	FONTE
	Crianças matriculadas em creche (rede pública)	185	JUNHO/2024	SME
	Crianças matriculadas em creche (rede privada)	12	JUNHO/2024	SME
	Crianças matriculadas na pré-escola (rede pública)	226	JUNHO/2024	SME
	Cobertura de creche (rede pública + privada)	197	JUNHO/2024	SME
	Proporção de matrículas em tempo integral em creches	100%	JUNHO/2024	SME
	Proporção de matrículas em tempo integral em pré-escolas	100%	JUNHO/2024	SME
	Proporção de matrículas de crianças com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação em classes comuns em creches e pré-escolas	3,4 %	JUNHO/2024	SME
	Percentual de docentes com curso superior em creches	100 %	JUNHO/2024	SME
	Percentual de docentes com curso superior em pré-escolas	93 %	JUNHO/2024	SME

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Escolar Digital (SED). Acesso em 17/04/2024.

Tabela 1 - Matrícula na Educação Infantil por dependência administrativa 2013 – 2023.

Ano	Educação Infantil						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2013	-	-	-	185	-	82	267
2014	-	-	-	182	-	89	271
2015	-	-	-	193	-	96	289
2016	-	-	-	202	-	95	297
2017	-	-	-	285	-	50	335
2018	-	-	-	287	-	48	335
2019	-	-	-	288	-	56	344
2020	-	-	-	316	-	12	328
2021	-	-	-	306	-	2	308
2022	-	-	-	313	-	16	329
2023	-	-	-	401	-	13	414

Fonte: MEC/Inep - Sinopse da Educação Básica e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 20/04/2024.

A tabela 03 apresenta o histórico de matrículas na Educação Infantil de 2013 a 2023. De acordo com os dados, 2023 foi o ano com o maior número de crianças atendidas, isso se justifica com o término da construção do Cemei Leda Novaes Tenório inaugurado em janeiro de 2023. Além disso, foi locado um espaço para atendimento dos alunos da Pré-escolar, visto que a unidade central não possui estrutura física suficiente para a demanda. Ao longo do

período analisado, observa-se um crescimento contínuo no atendimento municipal, destacando-se 401 matrículas em 2023.

Em 2024, o município oferece atendimento a 160 crianças na primeira etapa da Educação Básica. Dessas, 84 estão matriculadas nos Cemei Leda Novaes Tenório e Cemei Professora Juliana C. Gonzales (idade de 0 a 3 anos e 11 meses) e 76 na "EMEI Professora Odete Sanches Lovato Rodrigues (idade de 4 a 5 anos e 11 meses).

Tabela 2 - Matrícula na Creche por dependência administrativa 2013 – 2023.

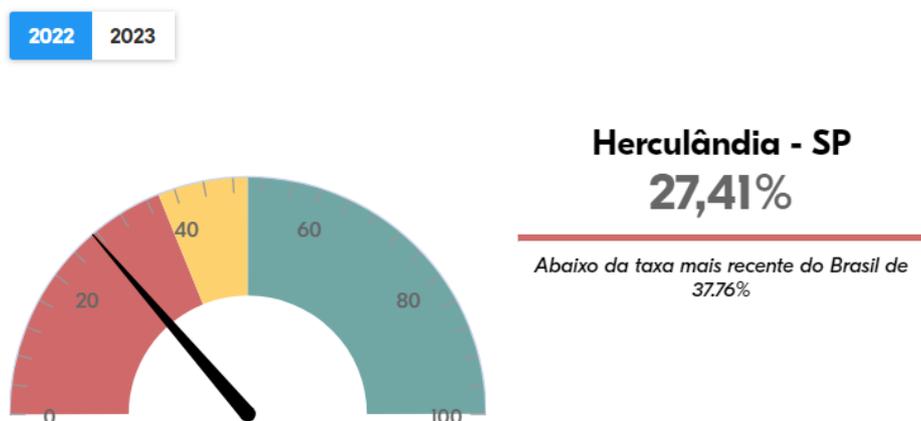
Ano	Creche						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2013	-	-	-	-	-	67	67
2014	-	-	-	-	-	72	72
2015	-	-	-	-	-	82	82
2016	-	-	-	-	-	71	71
2017	-	-	-	84	-	39	123
2018	-	-	-	80	-	46	126
2019	-	-	-	78	-	52	130
2020	-	-	-	102	-	11	113
2021	-	-	-	105	-	2	107
2022	-	-	-	133	-	12	145
2023	-	-	-	201	-	10	211

Fonte: MEC/Inep - Sinopse da Educação Básica e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 20/04/2024.

O município reconhece que as creches desempenham um papel crucial na socialização e no estímulo ao desenvolvimento integral das crianças. Este papel é ainda mais significativo para aquelas provenientes de famílias vulneráveis, que muitas vezes enfrentam desafios adicionais em termos de acesso a cuidados e estímulos em seus ambientes familiares. A meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) de alcançar pelo menos 50% de matrículas em creches para crianças de 0 a 3 anos até 2024 reflete o reconhecimento da importância desse período crucial no desenvolvimento infantil.

Cada município, entretanto, enfrenta suas próprias realidades e desafios, especialmente porque não há uma legislação nacional obrigatória para a oferta de vagas em creches para crianças tão jovens. Observando a evolução histórica na tabela, percebe-se que o município tem progressivamente ampliado seu atendimento na Educação Infantil ao longo dos anos, de 2017 a 2023 teve um aumento de aproximadamente 140% nas matrículas para essa faixa etária.

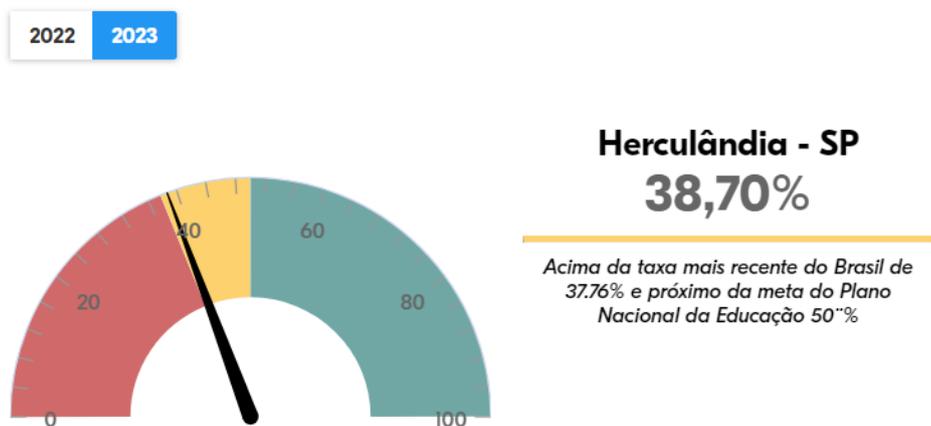
Gráfico 1 - Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos ano de 2022.



Fonte: INEP/ Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia-sp/> Acesso: 20/04/2024.

O Gráfico 1 apresenta os dados referentes ao percentual de atendimento em creches para a população de 0 a 3 anos no município. Observa-se que, em 2022, a instituição atendia 27,41% do total de crianças nessa faixa etária no território. Ficando **abaixo da média brasileira de 37,76%**.

Gráfico 2 - Percentual de atendimento em creches da população de 0 a 3 anos ano de 2023



Fonte: INEP/ Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia-sp/> Acesso: 20/04/2024.

Analisando os gráficos, fica evidente que o atendimento em creches no município não alcançava as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelo Plano Municipal de Educação (PME). Em 2022, a instituição atendia 27,41% do total de crianças com idades entre 0 e 3 anos da região. Entretanto com os esforços municipais e a inauguração de uma nova unidade, no ano seguinte, em 2023, esse percentual subiu para 38,70%, representando uma elevação de aproximadamente 11,3%.

Em 2024, durante a elaboração do Plano Municipal de Primeira Infância (PMPI), os dados revelam uma nova realidade, conforme apresentado na tabela a seguir, que inclui números absolutos da população total do município e o número total de matrículas.

Quadro 4 - População total e quantidade de matrículas em creche (2024)

GRUPO ETÁRIO	POPULAÇÃO TOTAL	Nº DE MATRÍCULAS
0 a 11 meses	46	10
1 ano a 1 ano e 11 meses	55	37
2 anos a 2 anos e 11 meses	68	58
3 anos a 3 anos e 11 meses	80	80

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME) e Secretaria Municipal de Saúde (SMS), 2024.

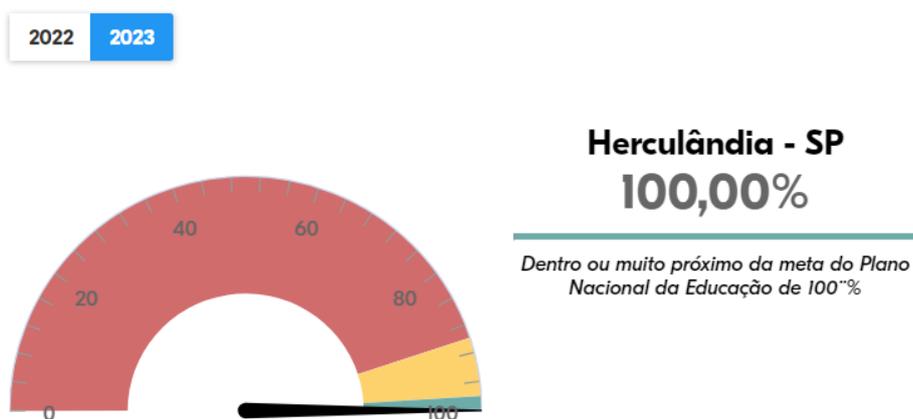
Em 2024, o município destaca-se por ter matriculado 185 crianças com idades entre 0 e 3 anos, o que representa 62,7% do total de 295 crianças dessa faixa etária residentes no município, conforme levantamento realizado pela Equipe da Secretaria Municipal da Saúde. Esse índice não apenas demonstra um compromisso efetivo com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que visa atender pelo menos 50% das crianças nessa faixa etária, mas também reflete o esforço contínuo para garantir acesso universal à Educação Infantil.

É crucial enfatizar que, atualmente, existe fila de espera por vagas na Secretaria Municipal de Educação, entretanto já foi iniciada uma a construção de uma nova unidade para suprir essa demanda, evidenciando a eficiência do planejamento e da gestão educacional local. A conscientização da comunidade sobre a importância precoce da educação escolarizada é uma prioridade constante, promovendo benefícios significativos através das interações educativas e do ambiente enriquecedor que somente a escola pode oferecer desde cedo.

Dentro desse ambiente educacional, o planejamento anual é meticulosamente elaborado para proporcionar rotinas adaptativas e enriquecedoras, focadas no desenvolvimento integral de cada criança, respeitando suas características individuais e potenciais de aprendizado. O acolhimento, a adaptação e o acesso a diversas formas de linguagem e conhecimento são centrais no trabalho pedagógico ao longo do ano letivo.

No que se refere ao atendimento das crianças de 4 a 5 anos, o município não enfrenta dificuldades para cumprir a meta de atender integralmente toda a população dessa faixa etária, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelo Plano Municipal de Educação (PME). Todos os requisitos estão sendo atendidos conforme apresentado de forma detalhada no gráfico 3.

Gráfico 3 - Percentual de atendimento em pré-escola da população de 4 a 5 anos (2023).



Fonte: INEP/ Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia-sp/> Acesso: 20/04/2024.

O gráfico oferece uma análise robusta que confirma de maneira inequívoca que o município está efetivamente cumprindo a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e pelo Plano Municipal de Educação (PME) no que se refere ao atendimento das crianças de 4 a 5 anos.

Tabela 3 - Matrícula na pré-escola 2013 – 2023

Ano	Pré-escola						Total das Redes
	Estadual-SE	Estadual Outras	Estadual	Municipal	Federal	Particular	
2013	-	-	-	185	-	15	200
2014	-	-	-	182	-	17	199
2015	-	-	-	193	-	14	207
2016	-	-	-	202	-	24	226
2017	-	-	-	201	-	11	212
2018	-	-	-	207	-	2	209
2019	-	-	-	210	-	4	214
2020	-	-	-	214	-	1	215
2021	-	-	-	201	-	-	201
2022	-	-	-	180	-	4	184
2023	-	-	-	200	-	3	203

Fonte: MEC/Inep - Sinopse da Educação Básica e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 20/04/2024.

O histórico de matrículas na pré-escola, entre 2013 e 2023, destaca que o ano de 2020 registrou o maior número de crianças de 4 e 5 anos matriculadas, enquanto 2022 apresentou a menor presença desse público. O contexto pandêmico teve um impacto significativo no fluxo de matrículas, exigindo da Secretaria Municipal de Educação esforços para garantir a qualidade no atendimento às crianças afetadas pelo isolamento social e pelos desafios na formação escolar.

O trabalho pedagógico realizado pela equipe prioriza os eixos estruturantes de interações e brincadeiras, fundamentais conforme os documentos normativos que orientam a Educação na primeira infância. O cuidar e o educar são tratados como ações inseparáveis no dia a dia das crianças.

Quanto à avaliação, seguindo os documentos normativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Paulista, o foco não está na promoção ou retenção das crianças, mas sim em proporcionar instrumentos de registro que detalhem o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças ao longo da Educação Infantil. Esses instrumentos incluem portfólios, relatórios individuais e coletivos que acompanham os avanços das crianças em todas as suas dimensões de desenvolvimento: físico, cognitivo, emocional, cultural e social.

Tabela 4 - Número de matrículas por tipo de deficiência, transtorno ou altas habilidades (2013-2023).

Tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação	Ano											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Cegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa Visão	3	3	2	2	1	1	1	2	2	2	1	
Surdez	2	2	-	-	1	-	-	-	1	1	1	
Deficiência Auditiva	1	1	2	3	3	4	3	3	3	2	1	
Surdo-cegueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Deficiência Física	1	1	1	1	1	3	3	3	2	3	2	
Deficiência Intelectual	20	22	25	27	24	21	25	21	20	22	18	
Deficiência Múltipla	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	1	
Transtorno do Espectro Autista	-	-	-	-	-	-	-	1	4	5	8	
Síndrome de Asperger	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Síndrome de Rett	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transtorno Desintegrativo da Infância - TDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Altas Habilidades/Superdotação	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	
Total Geral	26	28	29	32	29	27	31	29	30	32	28	

Fonte: MEC/Inep - Sinopse da Educação Básica e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em <https://www.fde.sp.gov.br/PagePublic/CadernoDeDados.aspx?codigoMenu=322> Acesso: 20/04/2024.

A tabela fornece um panorama detalhado das matrículas classificadas por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação ao longo dos anos de 2013 a 2023.

Comparando o primeiro e o último ano analisado, os números revelam um aumento de 2 matrículas. Durante o período analisado a deficiência predominante foi a Deficiência Mental. Por outro lado, o Transtorno do Espectro Autista não tinha registro em até 2020, mas mostrou um aumento significativo nos anos subsequentes, totalizando 8 matrículas até o último ano analisado.

5.2 PRINCIPAIS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO, RELACIONADOS À PRIMEIRA INFÂNCIA:

- Realização de busca ativa das crianças que não estão frequentando pré-escola;
- Manutenção do atendimento de 100% da demanda manifestada por creche;
- Garantia de matrícula em creche para crianças beneficiárias de programas sociais;
- Avaliação dos impactos da Covid-19 na educação infantil e implementação de estratégias para minimizar suas consequências;
- Adequação da rede municipal de educação infantil às características e necessidades das crianças com deficiência, atendendo às normas vigentes;

6. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA - 2024 PROMOÇÃO SOCIAL

6.1 INDICADORES SEGURANÇA E PROTEÇÃO

Segurança e proteção na Primeira Infância são pilares estratégicos na formulação de políticas públicas, abrangendo programas, projetos e serviços socioassistenciais que garantem subsistência e autonomia às famílias. Essas políticas também acolhem indivíduos em situação de abandono ou afastamento familiar devido a violações de direitos, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Ao propor uma política centrada na atenção integral à família, fica evidente o objetivo de proteger seus membros, especialmente as crianças. Assim, é crucial garantir políticas participativas, integradas e intersetoriais que reconheçam a família como o núcleo fundamental de proteção e cuidado infantil, um papel essencial dos agentes políticos municipais.

Além de elucidar dados sobre o Programa de Transferência de Renda para famílias vulneráveis, os gráficos também abordam a violência como um fenômeno complexo, envolvendo relações pessoais, políticas, sociais e culturais. A violência, comumente entendida como ações ou omissões que podem prejudicar o desenvolvimento pleno dos indivíduos, causa danos físicos, psicológicos e sociais significativos.

A abordagem da violência como um fenômeno multifacetado destaca suas diversas manifestações que podem interromper ou retardar o desenvolvimento integral das pessoas. Essas formas de violência incluem desde agressões físicas até negligência emocional e psicológica, refletindo não apenas problemas individuais, mas também estruturais e sociais mais amplos.

É imperativo que as políticas públicas não apenas identifiquem e mitiguem essas formas de violência, mas também promovam ambientes seguros e acolhedores para crianças e suas famílias. Isso envolve não apenas a intervenção em crises, mas também a prevenção através da educação, do fortalecimento dos laços familiares e comunitários, e do acesso a serviços de apoio adequados.

A implementação efetiva dessas políticas requer cooperação entre diferentes setores da sociedade, incluindo saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública. Somente assim será possível criar condições propícias para o desenvolvimento saudável e seguro das crianças desde a mais tenra idade.

Ao abordar a proteção na Primeira Infância de maneira abrangente e integrada, as políticas municipais não apenas visam mitigar os impactos da violência, mas também garantir que todas as crianças tenham oportunidades equitativas de crescimento, aprendizado e desenvolvimento, assegurando um futuro mais promissor para toda a comunidade.

O município de Herculândia é classificado pela Política Nacional de Assistência Social como um município de Pequeno Porte I, por abranger até 2.500 famílias. Esta classificação é parte integrante de uma política pública que constitui um direito de todos os cidadãos que dela necessitam. Organizado através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o objetivo principal é assegurar proteção social aos indivíduos e suas famílias, auxiliando no enfrentamento das dificuldades por meio de serviços, projetos e benefícios.

O município dispõe de:

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS representa a porta de entrada da Política de Assistência Social. As iniciativas desenvolvidas nesses locais visam prevenir situações de vulnerabilidade, empregando estratégias para fortalecer os laços familiares e comunitários. O CRAS adota uma abordagem preventiva e proativa, centrada na defesa dos direitos e no fomento das capacidades individuais e coletivas, buscando alternativas emancipatórias para enfrentar a vulnerabilidade social (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, MDS, 2009).

Um dos programas sociais de grande relevância para o desenvolvimento familiar, especialmente para garantir os direitos básicos de crianças e adolescentes, é o Programa Bolsa Família.

Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família: 867.

Número de crianças de 0 a 6 anos beneficiária do Programa Bolsa Família total: 407.

Número de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família urbana: 384

Número de crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família zona rural: 23.

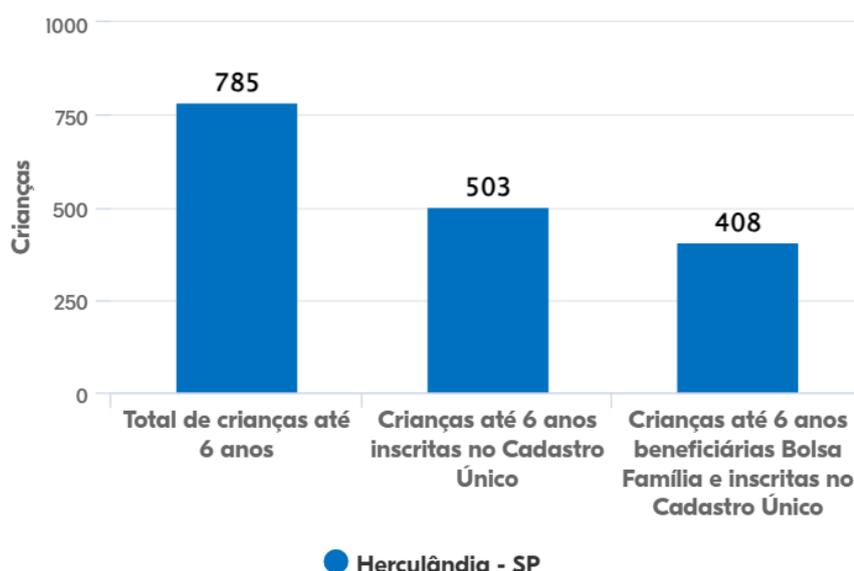
6.2 PROGRAMA VIVA LEITE

O programa VIVA LEITE do governo do Estado, com amplo impacto social, é destinado ao município de Herculândia. Ele tem como missão distribuir leite para famílias de baixa renda, focando especialmente na nutrição infantil. O programa atende

prioritariamente 147 famílias em situação de vulnerabilidade, conforme critérios do Cadastro Único e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Existem seis Conselhos de Políticas Setoriais dedicados à garantia dos direitos no município: o Conselho Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Alimentação Escolar, o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Além desses, há o Conselho Tutelar e a presença das Polícias Militar e Civil.

Gráfico 4 - Total de crianças entre 0 e 6 anos no município, inscritas no CadÚnico e beneficiárias do Bolsa Família (2023)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico; SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia-sp/> Acesso: 16/05/2024.

Este indicador proporciona uma visão da proporção do Bolsa Família em relação ao total de crianças cadastradas no Cadastro Único e também em relação ao total de crianças de 0 a 6 anos na localidade. Ao ser apresentado junto ao número total de crianças no Cadastro Único, permite visualizar quantas crianças ainda não são beneficiárias do Bolsa Família.

O Bolsa Família é fundamental para enfrentar a pobreza e reduzir as disparidades sociais, fornecendo suporte financeiro essencial para que as famílias possam suprir suas necessidades básicas, como alimentação e educação. Este programa desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social e na melhoria das condições de vida de milhões de brasileiros.

Completando 20 anos em 2023, o Bolsa Família se destaca como uma política de proteção social consolidada no Brasil, garantindo apoio intersetorial nas áreas de saúde, educação e assistência social para as famílias beneficiárias.

O Programa Bolsa Família é uma iniciativa governamental brasileira voltada para a transferência de renda, cujo objetivo primordial é combater a pobreza e a desigualdade social. Este programa tem sido objeto de estudos e análises ao longo dos anos, que destacam alguns impactos significativos:

- **Redução da pobreza:** O Bolsa Família contribui diretamente para a redução da pobreza no Brasil, fornecendo auxílio financeiro direto a famílias em situação de vulnerabilidade econômica. Isso permite que essas famílias atendam às suas necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação.
- **Melhoria na educação:** O programa está condicionado à frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiários, incentivando as famílias a manterem seus filhos na escola. Isso tem contribuído para a redução da evasão escolar e para o aumento da escolaridade.
- **Impacto na saúde:** O Bolsa Família está associado à melhoria dos indicadores de saúde, pois proporciona às famílias beneficiárias recursos adicionais para acessar serviços de saúde, medicamentos e cuidados preventivos.
- **Redução da desigualdade:** O programa desempenha um papel crucial na redução da desigualdade de renda no país, beneficiando diretamente as famílias mais pobres.
- **Estímulo à economia local:** Os recursos financeiros repassados aos beneficiários também têm um impacto positivo nas economias locais, uma vez que são frequentemente gastos em estabelecimentos comerciais próximos às residências das famílias.
- **Combate à fome:** O Bolsa Família desempenha um papel fundamental no combate à fome, garantindo que as famílias tenham acesso a alimentos básicos.

No entanto, ao longo dos anos, o programa também tem sido objeto de críticas, incluindo questões relacionadas à eficácia na eliminação da pobreza a longo prazo, à focalização dos benefícios e ao impacto no incentivo ao trabalho.

O impacto do Bolsa Família pode variar dependendo da forma como é implementado e das políticas econômicas e sociais mais amplas em vigor. No entanto, de maneira geral, o programa desempenha um papel crucial na mitigação da pobreza e na melhoria das condições de vida das famílias mais vulneráveis no Brasil.

As violências contra crianças e adolescentes são fenômenos complexos e multifacetados, enraizados em diversos fatores culturais, sociais e econômicos. Elas ocorrem independentemente do contexto geográfico ou classe social, afetando indivíduos de todas as idades nesses grupos, muitas vezes perpetradas por pessoas próximas em quem confiam. Compreender os conceitos dessas violências é crucial para identificá-las e preveni-las.

Existem vários tipos de violência contra crianças, cada um com características distintas. Incluem violência física, psicológica, sexual, institucional, patrimonial, negligência e trabalho infantil, todas impactando significativamente a sociedade, de forma direta ou indireta. Dada a condição de desenvolvimento peculiar das crianças e adolescentes, seus direitos devem ser prioritariamente protegidos pela família, comunidade, sociedade e autoridades públicas. Isso demanda um esforço conjunto para salvaguardar esses grupos vulneráveis de qualquer forma de abuso.

Na área da saúde pública, casos de violência contra crianças são registrados no SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação quando buscam assistência. Adicionalmente, são realizadas ações coordenadas para identificar casos suspeitos em colaboração com outras entidades e para o acompanhamento dos casos confirmados.

Para esclarecer didaticamente os leitores deste documento, é fundamental detalhar os principais tipos de violência contra crianças e adolescentes.

6.3 VIOLÊNCIA FÍSICA

refere-se a qualquer ação ou omissão, intencional ou não, que cause danos físicos, psicológicos, emocionais ou intelectuais à criança. Pode variar desde lesões leves até consequências extremas, como a morte. Uma das formas comuns é o castigo físico, que inclui qualquer ato realizado com a intenção de provocar dor ou sofrimento, sob o pretexto de educar ou proteger. Esta prática utiliza a força para modificar comportamentos ou punir faltas, podendo configurar-se como tortura em certos casos.

Exemplos de violência física incluem: bater com a mão ou objetos como vara, cinto, chicote, sapato ou fios; dar pontapés; causar queimaduras; sacudir ou empurrar a criança; beliscá-la ou puxá-la pelos cabelos; forçá-la a permanecer em posições desconfortáveis; impor exercícios físicos excessivos; dar tapas na mão; beliscões; bofetões; sacudidelas; empurrões; chutes e pontapés; e surras com ou sem uso de objetos.

Mesmo castigos físicos leves e não severos, como palmadas repetidas, são considerados formas de violência. Essas práticas podem resultar em consequências físicas visíveis ou danos psicológicos, deixando ou não marcas aparentes.

6.4 A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

refere-se a qualquer ação que cause ou possa causar dano à autoestima, identidade ou desenvolvimento da pessoa. Inclui ameaças, humilhações, agressões verbais, cobranças de comportamento, discriminação, isolamento e destruição de pertences ou objetos de estima da criança. Castigos humilhantes, como ameaças, insultos, xingamentos, constrangimentos, chantagens e humilhações públicas, além de ridicularização, isolamento ou ignorância da criança, também configuram violência psicológica. Embora ocorra com frequência, é mais difícil de identificar, muitas vezes associando-se à violência física.

6.5 NEGLIGÊNCIA

Negligência refere-se à omissão de responsabilidades por um ou mais membros da família em relação às crianças, onde falham em prover as necessidades essenciais para seu desenvolvimento físico, emocional, social ou cognitivo. Esta forma de violência pode manifestar-se como abandono, falta de cuidados, atenção ou proteção adequada, além da ausência de estímulo ou condições para frequentar um estabelecimento educacional. A negligência pode resultar em atrasos ou prejuízos no desenvolvimento infantil e acarretar problemas de saúde. É crucial distinguir entre negligência e a falta de recursos materiais ou emocionais da família para fornecer as condições adequadas para o crescimento saudável das crianças.

6.6 EXPLORAÇÃO SEXUAL

A exploração sexual é caracterizada pela participação de crianças em atividades sexuais com adultos, mediada pelo pagamento em dinheiro ou qualquer forma de benefício. Os exploradores incluem os clientes que pagam pelos serviços sexuais e os intermediários que induzem, facilitam ou forçam as crianças a participarem dessas práticas. Na primeira infância, a exploração sexual pode ocorrer no ambiente doméstico, perpetrada por pessoas próximas à criança. As principais formas de exploração sexual incluem pornografia infantil,

tráfico de crianças e adolescentes, turismo sexual e exploração sexual comercial, que envolve a troca monetária de serviços sexuais.

6.7 CONSELHO TUTELAR DE HERCULÂNDIA

O Conselho Tutelar é responsável por garantir os direitos da criança e do adolescente, sendo o principal órgão de proteção e defesa desses direitos no município de Murutinga do Sul. Composto por um colegiado de cinco Conselheiros, eleitos para mandatos de quatro anos, suas atribuições estão estabelecidas no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA:

- Atender crianças e adolescentes, garantindo medidas protetivas;
- Orientar e aconselhar pais ou responsáveis, conscientizando sobre suas responsabilidades e as medidas cabíveis em casos de negligência ou abandono intelectual;
- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança;
- Encaminhar ao Ministério Público casos de infração administrativa contra os direitos da criança e do adolescente;
- Encaminhar à autoridade judiciária casos de sua competência, providenciando as medidas determinadas pelo juiz nos casos de atos infracionais cometidos por adolescentes;
- Expedir notificações conforme necessário.

7. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA - 2024

7.1 SAÚDE

A Constituição brasileira consagra a saúde como um direito social fundamental, garantindo a proteção à maternidade e à infância. Ela também estabelece que é dever do Estado adotar políticas públicas que visem a redução dos riscos de doenças e outros agravos, através de medidas sociais e econômicas. Essas disposições iniciais ressaltam a importância de abordagens interdisciplinares e intersetoriais para criar condições saudáveis para as crianças. Investir nos determinantes da saúde e atender de forma integral às necessidades do grupo infantil são fundamentais para promover o desenvolvimento saudável e completo na primeira infância.

Nesse sentido, a agenda política de Herculândia está firmemente focada na promoção da saúde integral das crianças. Além de buscar reduzir a morbimortalidade infantil, é imperativo criar um ambiente que propicie condições dignas de existência e favoreça o pleno desenvolvimento físico, mental e emocional das crianças desde os primeiros anos de vida. Isso envolve a implementação de políticas públicas eficazes, a integração de esforços de diversos setores da sociedade e o comprometimento contínuo com a melhoria das condições de vida das famílias e comunidades locais.

É essencial que os diferentes atores que prestam serviços públicos, assim como a comunidade, compreendam a importância de integrar saúde física e mental, deixando de lado abordagens fragmentadas. O ambiente e as interações estabelecidas com as crianças têm um impacto significativo em sua qualidade de vida. Portanto, o objetivo do município é promover a transversalidade das ações, implementando-as em todos os níveis de cuidado, desde a saúde básica, incluindo atendimento pré-natal, parto e puerpério, até o acompanhamento do desenvolvimento infantil na atenção básica e em serviços especializados.

Os gráficos apresentados a seguir fornecem informações sobre as taxas de mortalidade infantil e os cuidados durante o período pré-natal das crianças. A análise desses dados, juntamente com outros que serão apresentados ao longo deste documento, permitiu estabelecer metas integradas com outras secretarias, visando garantir que a administração pública continue acompanhando e cuidando das crianças desde a gestação até os primeiros seis anos de vida.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Herculândia propõe, em relação à saúde, reconhecer o ser humano como um todo e a saúde como um aspecto fundamental da

qualidade de vida. Todas as ações planejadas visam garantir os direitos básicos à saúde da criança, com políticas públicas apoiadas em ações integradas que abrangem desde a saúde básica até o acompanhamento do desenvolvimento infantil, incluindo o atendimento pré-natal, o parto e o puerpério.

Básica, oferecendo cobertura integral de 100% para a população atendida pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), composta por duas equipes, uma urbana e outra rural. Além disso, conta com duas equipes de saúde bucal para atendimento tanto na área urbana quanto na rural.

A Unidade Básica de Saúde (UBS) dispõe de profissionais da ESF e uma equipe multiprofissional que inclui os seguintes especialistas:

- Fonoaudiólogo
- Fisioterapeuta
- Assistente Social
- Nutricionista
- Psicólogo

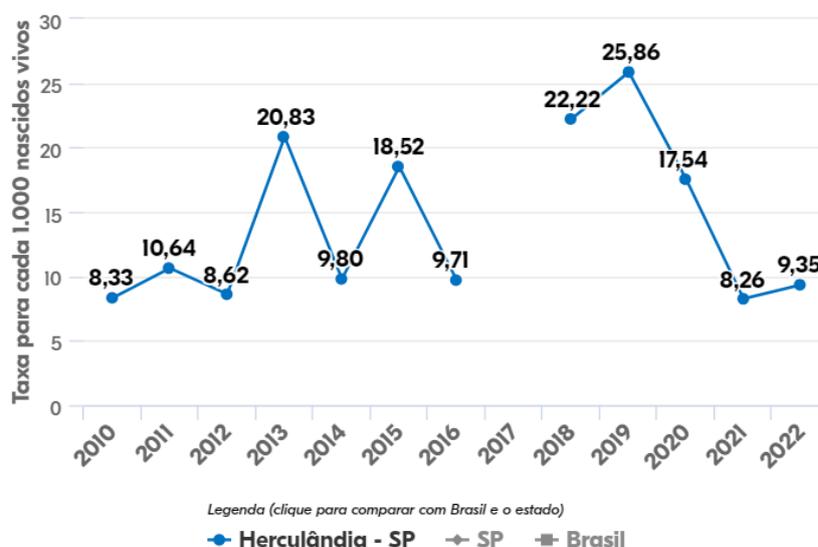
O município também oferece atendimento médico na Estratégia de Saúde da Família (ESF), com especialidades clínica geral e pediatria. Outras especialidades são encaminhadas para o Ambulatório Médico de Especialidades de Tupã - AME e para o Hospital das Clínicas de Marília - HC

A infraestrutura inclui uma Farmácia Básica que dispõe de medicamentos, além de serviços como posto de coleta para exames laboratoriais, eletrocardiograma, testes rápidos para ISTs e para COVID-19.

O município conta com 19 Agentes Comunitários de Saúde e 05 Agentes Comunitários de Endemias para promover a saúde e prevenir doenças na comunidade.

Na Secretaria Municipal estão implantados os programas de acordo com as exigências do Ministério da Saúde (CADSUS, SIM, SINASC, SINAN, SIPNI, PSE, SISVAN, BOLSA FAMILIA, PEC-ESUS).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil até 1 ano de idade (2010-2022).



Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

O gráfico apresenta dados compilados pelo Ministério da Saúde sobre a taxa de mortalidade infantil, que indica o número de crianças nascidas vivas que faleceram antes de completar um ano de idade a cada mil nascidos vivos.

No ano de 2022, o município registrou duas mortes de crianças durante seu primeiro ano de vida devido a condições que não puderam ser evitadas pela Atenção Primária à Saúde (APS), conforme dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Esse cenário reflete a eficiência dos serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

De acordo com os dados e informações levantados pela equipe, um dos principais pilares na prevenção desse fenômeno é o Acompanhamento de Puericultura. Esse acompanhamento consiste em visitas periódicas destinadas a promover e proteger a saúde de crianças e adolescentes. Durante essas consultas, é possível identificar precocemente qualquer distúrbio de crescimento, desenvolvimento físico e mental, além de questões nutricionais, entre outros aspectos. A puericultura é realizada pela equipe da Estratégia Saúde da Família em conjunto com pediatras do município, seguindo o calendário de consultas recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com o objetivo de assegurar assistência oportuna e de alta qualidade.

Este enfoque integrado e preventivo demonstra o compromisso da administração municipal em oferecer cuidados abrangentes desde o início da vida das crianças, visando não apenas a redução da mortalidade infantil, mas também o desenvolvimento saudável e integral de cada indivíduo.

O Ministério da Saúde recomenda um esquema de consultas de rotina até 1 ano de idade conforme o seguinte calendário: na primeira semana de vida, no primeiro mês, segundo mês, quarto mês, sexto mês, nono mês e décimo segundo mês. A partir dos 2 anos de idade, as consultas de rotina podem ser anuais, preferencialmente próximas ao mês de aniversário.

Além disso, outra importante iniciativa do município é a imunização, que consiste na proteção imunológica contra doenças infecciosas através da administração de vacinas. O município, em colaboração com as autoridades responsáveis, assegura a disponibilidade de todas as vacinas do calendário vacinal desde o nascimento. Isso facilita o acesso aos serviços de vacinação e garante a imunização completa das crianças, participando ativamente das campanhas de vacinação.

Dado que a saúde da criança no primeiro ano de vida está diretamente ligada ao período gestacional, o município realiza acompanhamento técnico completo e oferece orientações ao longo dos meses de gestação. Após o nascimento, tanto a puerpera quanto o recém-nascido recebem a visita da equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) para avaliação, orientação e continuidade do acompanhamento após a alta hospitalar.

Gráfico 6 - Percentual de mortalidade infantil (até 1 ano) por Causas Evitáveis (2011 – 2022).



Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

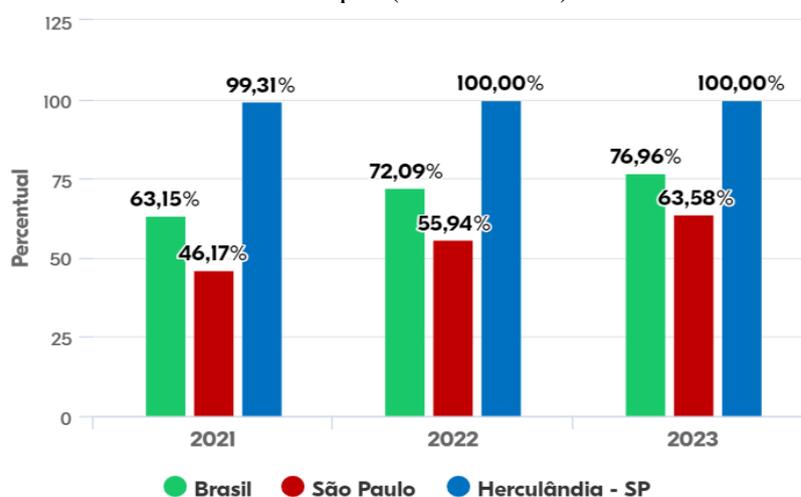
Evitabilidade ou mortes evitáveis são situações ou problemas que poderiam ser prevenidos pela atuação eficaz dos serviços de saúde. Isso geralmente ocorre quando o sistema de saúde não consegue atender de forma adequada às necessidades de saúde da

população, e quando os fatores determinantes dessas situações não são identificados e abordados corretamente.

Com base nos dados do Sistema Único de Saúde (SUS), este indicador reflete a proporção de mortes que poderiam ser evitadas por meio de intervenções mais eficientes, como imunizações completas, cuidados adequados durante a gestação e no período neonatal, melhoria das condições de parto, diagnósticos precisos e tratamentos adequados, além de iniciativas de promoção da saúde. O objetivo ideal é que essa taxa seja zero. Qualquer número diferente disso indica que falhas ocorreram no sistema de saúde, contribuindo para o óbito de crianças que poderiam ter sido salvas.

Portanto, agir sobre as causas evitáveis é fundamental para reduzir significativamente a mortalidade infantil. Isso requer não apenas melhorias nos serviços de saúde, mas também um compromisso contínuo com a prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado, garantindo que todas as crianças tenham acesso aos cuidados de saúde necessários desde o início de suas vidas.

Gráfico 7 - Percentual de cobertura de Equipe Saúde da Família na população total do município (2010 – 2023).



Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

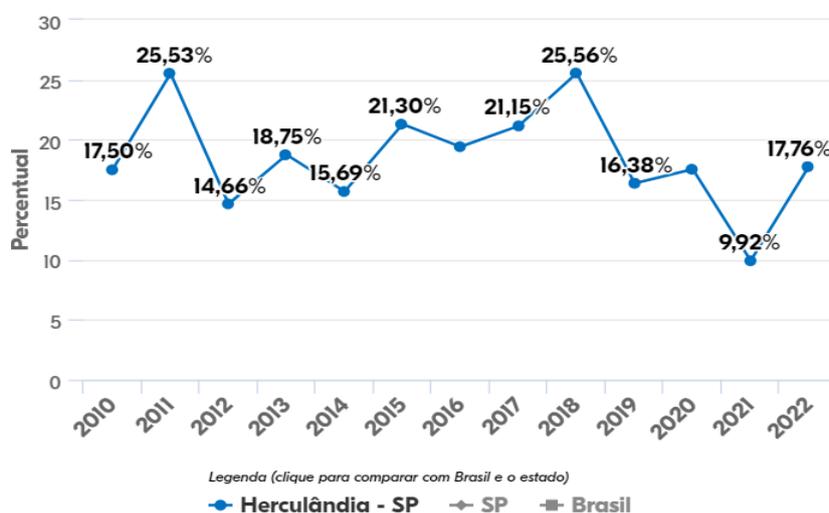
A Estratégia Saúde da Família (ESF) é o pilar da Atenção Básica à Saúde, um modelo assistencial que se baseia no trabalho conjunto de equipes multiprofissionais em áreas geográficas delimitadas. Essas equipes desenvolvem suas ações a partir de um conhecimento profundo da realidade local e das necessidades específicas da população que atendem.

O principal objetivo da ESF é aproximar os serviços de saúde das famílias, facilitar o acesso aos cuidados médicos, estabelecer laços de confiança entre os profissionais de saúde e os usuários, garantir a continuidade do cuidado ao longo do tempo e aumentar a capacidade de resolver os problemas de saúde mais comuns de forma eficiente. Isso é essencial para impactar positivamente a saúde da comunidade local.

A cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde da Família (ESF) e pelas equipes de Atenção Básica (EAP) é um indicador crucial para monitorar o acesso aos serviços de saúde primária. Essa cobertura ajuda no fortalecimento do planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS), permitindo uma distribuição mais equitativa e eficaz dos recursos de saúde. No município de Herculândia, a cobertura de ESF se manteve em 100% nos anos de 2021 e 2022, assegurando que todos os residentes estejam devidamente cadastrados e recebam o acompanhamento contínuo e necessário pela equipe de saúde local.

Esse compromisso com a cobertura total e a qualidade do atendimento reflete o esforço conjunto da gestão pública em garantir que cada indivíduo tenha acesso aos serviços de saúde essenciais, promovendo assim uma melhor qualidade de vida e bem-estar para toda a população atendida.

Gráfico 8 - Total de partos de mães adolescentes (até 19 anos) por ano (2000 – 2022).



Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

A análise dos índices de gravidez na adolescência ressalta para as autoridades municipais e a sociedade a necessidade de implementar medidas que reduzam os riscos e vulnerabilidades no convívio familiar, além de promover o uso adequado de preservativos e métodos contraceptivos, bem como o planejamento de vida entre os adolescentes. Somente

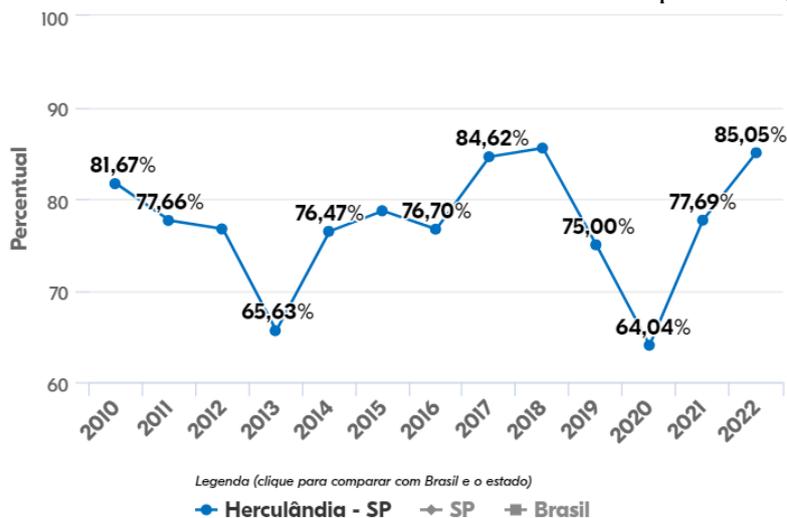
assim, os serviços públicos podem desempenhar eficazmente seu papel na promoção da saúde, no desenvolvimento de competências e na adoção de comportamentos responsáveis e saudáveis biopsicossocialmente.

A gravidez durante a adolescência é um evento marcante na vida das famílias, especialmente das jovens mulheres. Quando ocorre nesse período, pode resultar em maior vulnerabilidade social tanto para as mães quanto para os recém-nascidos, que dependem intensamente dos cuidados dos adultos. A adolescência é uma fase de autoafirmação e profundas transformações físicas, psicológicas e sociais. Uma gravidez nesse contexto implica não apenas mudanças físicas e emocionais decorrentes da gestação, mas também a responsabilidade pela vida de outra pessoa, exigindo maturidade biológica, psicológica e socioeconômica para suprir as necessidades próprias e do filho.

A prevenção da gravidez na adolescência deve incluir ações e intervenções realizadas no ambiente familiar, levando em consideração o contexto de vida dos adolescentes e jovens, assim como os serviços, ações e programas disponíveis. Nesse sentido, é fundamental o papel das políticas públicas na implementação de estratégias preventivas, especialmente ao considerar os diversos contextos em que essas gestações ocorrem. Devido à frequência dos adolescentes na escola, esse ambiente é estratégico para a divulgação de informações e a promoção de práticas preventivas.

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio das equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF), Atenção Básica (AB) e Vigilância Epidemiológica (VE), implementa ações para prevenir esse cenário, como orientações, campanhas de conscientização através dos meios de comunicação, participação no Programa Saúde na Escola (PSE) e colaboração estreita com as Secretarias de Educação municipais e estaduais, além do acompanhamento regular por agentes comunitários de saúde (ACS).

Gráfico 9 - Percentual de Gestantes com mais de 7 consultas pré-natal (2008-2022).



Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

O aumento das consultas pré-natais está diretamente relacionado à diminuição da mortalidade infantil e da mortalidade materna. Daí vem à meta de que 100% das gestantes façam pelo menos sete consultas – o que pode ajudar a melhorar vários outros indicadores, como aleitamento, mortalidade infantil por causas evitáveis e bebês de baixo peso.

Durante toda a gestação, a futura mamãe participa mensalmente de Atendimento em Grupo com abordagens específicas do momento gestacional e preparatório para a próxima fase, que é o nascimento do bebê. Recebe atendimento odontológico mensalmente com Odontólogos das devidas equipes, com tratamento se necessário.

7.2 INDICADORES NUTRICIONAIS

O comportamento alimentar das crianças é amplamente influenciado pelo ambiente em que vivem. Um ambiente que promove bons hábitos alimentares desempenha um papel crucial no desenvolvimento de um comportamento alimentar saudável e na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade. Isso inclui não apenas a disponibilidade de alimentos saudáveis, mas também a modelagem de comportamentos alimentares positivos por parte dos pais, cuidadores e escolas.

Atualmente, há uma crescente preocupação nacional e internacional com o aumento da obesidade infantil, impulsionada pelo consumo excessivo de açúcar, gorduras saturadas e alimentos ultraprocessados, assim como pela publicidade agressiva de alimentos não saudáveis direcionada às crianças. Além disso, a falta de atividade física adequada contribui significativamente para esse cenário.

A obesidade na infância não apenas aumenta o risco de desenvolver doenças crônicas como diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares precocemente, mas também pode ter impactos psicossociais negativos, como baixa autoestima e dificuldades de relacionamento. Além disso, existe uma correlação entre obesidade na infância e desempenho acadêmico reduzido, o que pode afetar o futuro educacional das crianças.

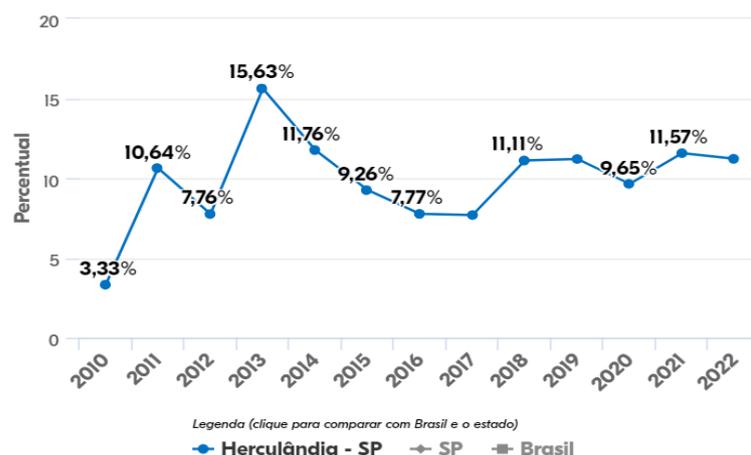
Portanto, é essencial implementar e fortalecer políticas públicas e ações que promovam hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Isso inclui educação nutricional nas escolas, incentivo à prática regular de atividade física, restrições à publicidade de alimentos não saudáveis voltada para crianças, e acesso facilitado a alimentos nutritivos em ambientes comunitários e escolares.

Além disso, é fundamental capacitar os pais e cuidadores para que possam criar ambientes domésticos que promovam escolhas alimentares saudáveis e modelos comportamentais positivos. Somente assim podemos mitigar os efeitos adversos da obesidade infantil e garantir um futuro mais saudável e promissor para nossas crianças.

Por outro lado, observamos o fenômeno da desnutrição, que ocorre quando as crianças não recebem os nutrientes essenciais necessários para seu pleno desenvolvimento. A ausência de aleitamento materno adequado para crianças de 0 a 2 anos, o desmame precoce, a introdução inadequada de alimentos antes dos 6 meses de vida, más condições sanitárias e de higiene contribuem para o surgimento de verminoses, infecções e diarreia. Essas condições podem levar a criança a perder peso de forma acentuada ou desenvolver edemas. A desnutrição prolongada compromete o crescimento infantil e afeta adversamente seu processo de aprendizagem.

Os indicadores relacionados à alimentação não devem ser vistos apenas como estatísticas, pois para as crianças que enfrentam essa realidade, trata-se de um prejuízo significativo ao seu desenvolvimento físico e emocional. A alimentação saudável não é apenas uma questão de escolha individual, mas um direito garantido pela Constituição e uma obrigação do Estado em assegurar condições adequadas para o pleno desenvolvimento de todas as crianças.

Gráfico 10 - Total de nascimentos registrados como Baixo Peso (2002- 2022)

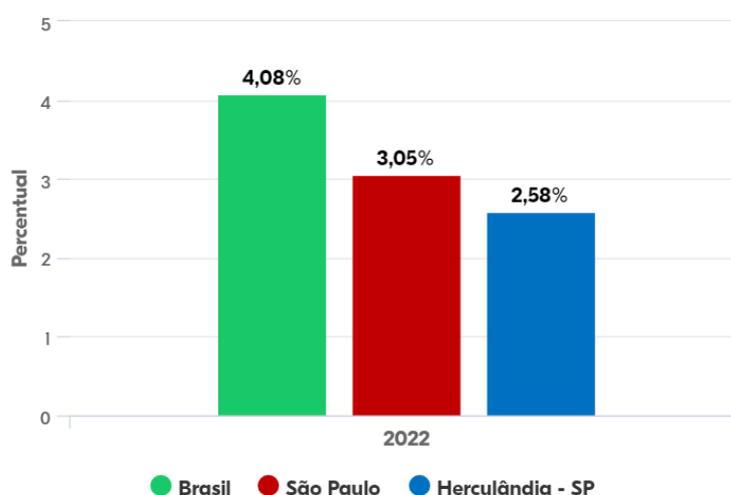


Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

Este indicador revela quantas crianças começam seu desenvolvimento nutricional em desvantagem no município. Em 2022, conforme os dados do gráfico, Herculândia registrou 11 crianças abaixo peso esperado, ou seja, com peso inferior a 2,5 quilogramas.

Anualmente, o município implementa ações direcionadas para enfrentar os desafios relacionados ao peso das crianças. Isso inclui o acompanhamento sistemático do desenvolvimento infantil, programas de complementação alimentar e garantia de atendimento de qualidade nas escolas.

Gráfico 11 - Percentual de peso baixo ou muito abaixo para idade – 0 a 5 anos (2022).



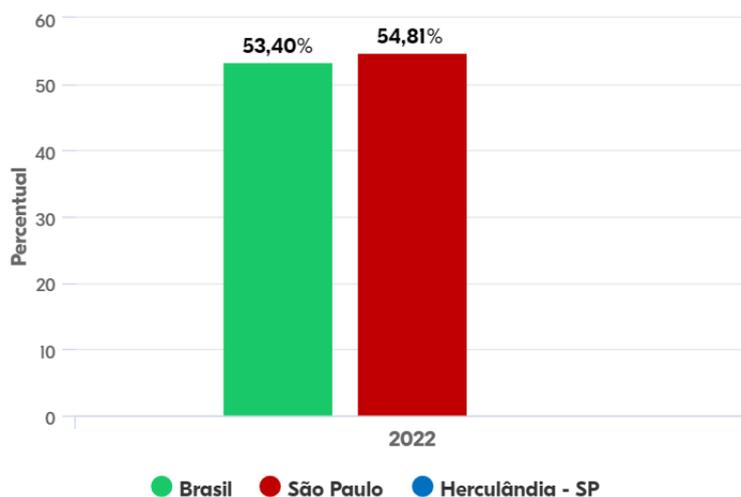
Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

Esse indicador revela o percentual de crianças que podem estar enfrentando desnutrição. Analisando os dados disponíveis, verifica-se que há um número significativo de crianças de 0 a 5 anos em Herculândia com peso abaixo ou muito abaixo do recomendado para sua faixa etária, desta forma fica evidente que aproximadamente 2,58% das crianças nessa faixa etária estão abaixo do peso esperado.

O crescimento é um dos indicadores mais robustos da saúde e nutrição infantil, refletindo diretamente na qualidade de vida da criança. Um estado nutricional adequado é resultado da interação complexa entre a alimentação, as necessidades energéticas individuais e a eficiência do organismo em absorver nutrientes essenciais. Ao acompanhar regularmente o peso e a altura da criança ao longo do tempo, é possível monitorar de perto seu desenvolvimento físico e identificar precocemente qualquer desvio que necessite intervenção.

Investigar as causas do baixo peso é crucial, pois podem envolver fatores diversos como condições ambientais desfavoráveis, predisposição genética ou questões metabólicas específicas. A rapidez com que a perda de peso pode ocorrer também ressalta a importância de uma abordagem proativa e preventiva por parte dos profissionais de saúde.

Gráfico 12 - Aleitamento materno (menores de 6 meses de idade) (2022)



Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

A nutrição ideal para bebês até os 6 meses de idade é exclusivamente o leite materno. Portanto, quanto maior a taxa de aleitamento materno, melhor para o município ou

estado. É importante destacar que a baixa cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) pode comprometer a precisão desse indicador.

O aleitamento materno representa uma estratégia natural que fortalece o vínculo, promove afeto, proteção e nutrição para a criança, além de ser a intervenção mais sensata, econômica e eficaz na redução da morbimortalidade infantil.

Amamentar vai além de simplesmente alimentar a criança. É um processo que envolve uma interação profunda entre mãe e filho, com impactos significativos no estado nutricional da criança, sua capacidade de defesa contra infecções, desenvolvimento cognitivo e emocional, e sua saúde a longo prazo. Além disso, tem implicações cruciais para a saúde física e mental da mãe.

O município reconhece a importância desse tema e trabalha ativamente para promover o aleitamento materno, começando durante a gestação nos encontros mensais e intensificando esforços durante a campanha do "Agosto Dourado". A equipe realiza visitas domiciliares durante o puerpério para oferecer apoio às mães, avaliar a técnica adequada de amamentação e fornecer orientações necessárias.

8. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA – 2024

8.1 INDICADORES NUTRICIONAIS

O comportamento alimentar das crianças é amplamente influenciado pelo ambiente em que vivem. Um ambiente que promove bons hábitos alimentares desempenha um papel crucial no desenvolvimento de um comportamento alimentar saudável e na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, como a obesidade. Isso inclui não apenas a disponibilidade de alimentos saudáveis, mas também a modelagem de comportamentos alimentares positivos por parte dos pais, cuidadores e escolas.

Atualmente, há uma crescente preocupação nacional e internacional com o aumento da obesidade infantil, impulsionada pelo consumo excessivo de açúcar, gorduras saturadas e alimentos ultraprocessados, assim como pela publicidade agressiva de alimentos não saudáveis direcionada às crianças. Além disso, a falta de atividade física adequada contribui significativamente para esse cenário.

A obesidade na infância não apenas aumenta o risco de desenvolver doenças crônicas como diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares precocemente, mas também pode ter impactos psicossociais negativos, como baixa autoestima e dificuldades de relacionamento. Além disso, existe uma correlação entre obesidade na infância e desempenho acadêmico reduzido, o que pode afetar o futuro educacional das crianças.

Portanto, é essencial implementar e fortalecer políticas públicas e ações que promovam hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Isso inclui educação nutricional nas escolas, incentivo à prática regular de atividade física, restrições à publicidade de alimentos não saudáveis voltada para crianças, e acesso facilitado a alimentos nutritivos em ambientes comunitários e escolares.

Além disso, é fundamental capacitar os pais e cuidadores para que possam criar ambientes domésticos que promovam escolhas alimentares saudáveis e modelos comportamentais positivos. Somente assim podemos mitigar os efeitos adversos da obesidade infantil e garantir um futuro mais saudável e promissor para nossas crianças.

Por outro lado, observamos o fenômeno da desnutrição, que ocorre quando as crianças não recebem os nutrientes essenciais necessários para seu pleno desenvolvimento. A ausência de aleitamento materno adequado para crianças de 0 a 2 anos, o desmame precoce, a introdução inadequada de alimentos antes dos 6 meses de vida, más condições sanitárias e de higiene contribuem para o surgimento de verminoses, infecções e diarreia.

Essas condições podem levar a criança a perder peso de forma acentuada ou desenvolver edemas. A desnutrição prolongada compromete o crescimento infantil e afeta adversamente seu processo de aprendizagem.

Os indicadores relacionados à alimentação não devem ser vistos apenas como estatísticas, pois para as crianças que enfrentam essa realidade, trata-se de um prejuízo significativo ao seu desenvolvimento físico e emocional. A alimentação saudável não é apenas uma questão de escolha individual, mas um direito garantido pela Constituição e uma obrigação do Estado em assegurar condições adequadas para o pleno desenvolvimento de todas as crianças.

Gráfico 13 - Total de nascimentos registrados como Baixo Peso (2002- 2022).

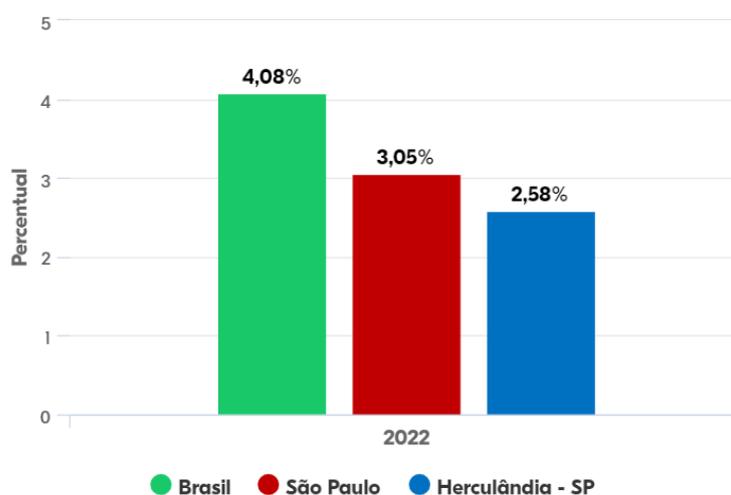


Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

Este indicador revela quantas crianças começam seu desenvolvimento nutricional em desvantagem no município. Em 2022, conforme os dados do gráfico, Herculândia registrou 11 crianças abaixo peso esperado, ou seja, com peso inferior a 2,5 quilogramas.

Anualmente, o município implementa ações direcionadas para enfrentar os desafios relacionados ao peso das crianças. Isso inclui o acompanhamento sistemático do desenvolvimento infantil, programas de complementação alimentar e garantia de atendimento de qualidade nas escolas.

Gráfico 14 - Percentual de peso baixo ou muito abaixo para idade – 0 a 5 anos (2022)



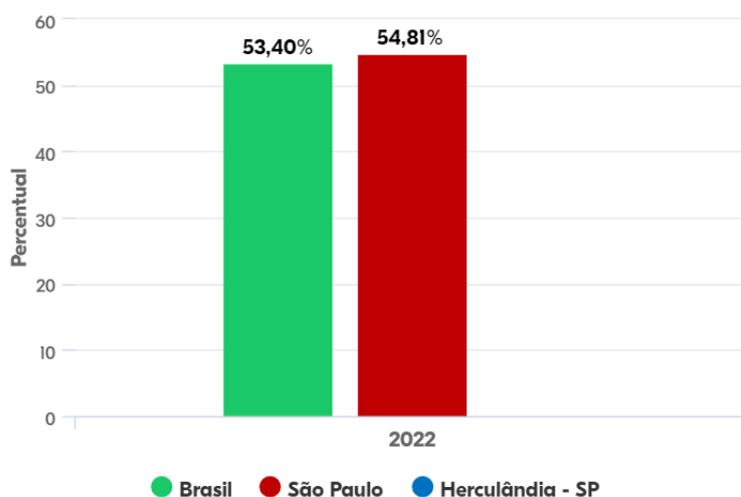
Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

Esse indicador revela o percentual de crianças que podem estar enfrentando desnutrição. Analisando os dados disponíveis, verifica-se que há um número significativo de crianças de 0 a 5 anos em Herculândia com peso abaixo ou muito abaixo do recomendado para sua faixa etária, desta forma fica evidente que aproximadamente 2,58% das crianças nessa faixa etária estão abaixo do peso esperado.

O crescimento é um dos indicadores mais robustos da saúde e nutrição infantil, refletindo diretamente na qualidade de vida da criança. Um estado nutricional adequado é resultado da interação complexa entre a alimentação, as necessidades energéticas individuais e a eficiência do organismo em absorver nutrientes essenciais. Ao acompanhar regularmente o peso e a altura da criança ao longo do tempo, é possível monitorar de perto seu desenvolvimento físico e identificar precocemente qualquer desvio que necessite intervenção.

Investigar as causas do baixo peso é crucial, pois podem envolver fatores diversos como condições ambientais desfavoráveis, predisposição genética ou questões metabólicas específicas. A rapidez com que a perda de peso pode ocorrer também ressalta a importância de uma abordagem proativa e preventiva por parte dos profissionais de saúde.

Gráfico 15 - Aleitamento materno (menores de 6 meses de idade) (2022)



Fonte: Ministério da Saúde / Organizado por Datapedia.info. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/herculandia/> Acesso: 18/05/2024.

A nutrição ideal para bebês até os 6 meses de idade é exclusivamente o leite materno. Portanto, quanto maior a taxa de aleitamento materno, melhor para o município ou estado. É importante destacar que a baixa cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) pode comprometer a precisão desse indicador.

O aleitamento materno representa uma estratégia natural que fortalece o vínculo, promove afeto, proteção e nutrição para a criança, além de ser a intervenção mais sensata, econômica e eficaz na redução da morbimortalidade infantil.

Amamentar vai além de simplesmente alimentar a criança. É um processo que envolve uma interação profunda entre mãe e filho, com impactos significativos no estado nutricional da criança, sua capacidade de defesa contra infecções, desenvolvimento cognitivo e emocional, e sua saúde a longo prazo. Além disso, tem implicações cruciais para a saúde física e mental da mãe.

O município reconhece a importância desse tema e trabalha ativamente para promover o aleitamento materno, começando durante a gestação nos encontros mensais e intensificando esforços durante a campanha do “Agosto Dourado”. A equipe realiza visitas domiciliares durante o puerpério para oferecer apoio às mães, avaliar a técnica adequada de amamentação e fornecer orientações necessárias.

9. DIAGNÓSTICO DA PRIMEIRA INFÂNCIA HERCULÂNDIA - 2024

9.1 A VISÃO DAS CRIANÇAS

A Prefeitura de Herculândia adotou uma abordagem inovadora ao promover um processo de escuta qualificada com crianças na primeira infância, visando entender como elas percebem e vivenciam os espaços e serviços públicos do município. Essa iniciativa teve como objetivo integrar as percepções das crianças ao Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), complementando o diagnóstico de dados e enriquecendo as propostas formuladas.

Esse diagnóstico participativo, realizado por meio de uma escuta atenta e sensível, desempenha um papel crucial. Ele não apenas orienta os gestores públicos sobre as prioridades a serem consideradas na formulação e implementação das políticas públicas para a primeira infância, mas também garante o direito das crianças de expressarem livremente suas opiniões sobre questões que as afetam, conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.

Mesmo em tenra idade, as crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos e atores sociais legítimos, com perspectivas e pontos de vista próprios. Elas possuem competência e potencial para contribuir ativamente em processos que envolvem a definição de ações que afetam seu interesse e bem-estar. Escutar suas vozes não apenas fortalece os gestores públicos, conferindo-lhes legitimidade nos processos decisórios, mas também enriquece a qualidade das ações destinadas a melhorar as condições de vida das famílias.

De acordo com o artigo 4º do Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/16), as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos das crianças na primeira infância devem incluir a participação infantil por meio de processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão das crianças. Esse protagonismo não se limita apenas à fase de elaboração do PMPI, mas deve estar presente ao longo de todo o processo de implementação, acompanhamento e avaliação das propostas contidas no Plano.

Dessa forma, a iniciativa de escuta qualificada promovida pela Prefeitura de Herculândia exemplifica um compromisso efetivo com a promoção dos direitos das crianças e com a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes para a primeira infância.

Imagem 7 - EMEI Professora Odete Sanches Lovato Rodrigues



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.

Imagem 8 - EMEI Professora Odete Sanches Lovato Rodrigues



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.

9.2 PROCESSO E METODOLOGIA DA ESCUTA

O processo de escuta das crianças no contexto da elaboração do PMPI de Itu foi cuidadosamente planejado e implementado com alunos da rede municipal de educação infantil, com idades entre 2 e 7 anos. As atividades foram realizadas em 4 unidades escolares, envolvendo aproximadamente 450 crianças.

Para garantir a eficácia e a sensibilidade do processo de escuta, as equipes pedagógicas foram previamente capacitadas. Foi apresentado as docentes temas como os fundamentos da escuta na educação infantil e as contribuições dessa prática para a qualificação das políticas municipais. Essas orientações foram realizadas pelas coordenadoras das unidades escolas.

Com base nos conteúdos aprendidos, as educadoras foram orientadas a conduzir atividades de escuta adaptadas à faixa etária das crianças. A metodologia empregada incluiu momentos de contação de histórias, roda de conversa e registros iconográficos. Aproveitou-se também o período pré-eleitoral para abordar, de maneira lúdica, temas relacionados a eleição e governo, estimulando as crianças a expressarem suas percepções e desejos em relação ao seu entorno, como bairro e município.

Durante as rodas de escuta, foram utilizadas perguntas orientadoras para direcionar as conversas de forma que as crianças pudessem compartilhar livremente suas visões. Esse processo permitiu não apenas captar as percepções das crianças, mas também integrá-las de forma significativa na elaboração do PMPI de Herculândia, garantindo que suas vozes fossem ouvidas e consideradas na formulação das políticas públicas voltadas para a primeira infância.

- O que é e o que faz um prefeito?
- É só o Prefeito que cuida da cidade? Quem pode ajudar também?
- O que deixa uma cidade bonita e feliz?
- O que deixa uma cidade feia e triste?
- O que não poderia faltar na cidade?
- O que não poderia ter na cidade de jeito nenhum?
- Se você fosse prefeito de Herculândia, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias?

INFANTIL I B – GABRIEL L., 04 ANOS E MAITÊ, 04 ANOS

Imagem 9 - O que o prefeito faz pelo município?



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.

INFANTIL I D – JOSÉ, 04 ANOS E ALICE, 04 ANOS

Imagem 10 - O que faz uma cidade bonita?



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.

INFANTIL II B – RUBY, 05 ANOS E DAVI H., 05 ANOS

Imagem 11 - O que eu mais gosto na minha cidade.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.

INFANTIL II B – ALANA, 05 ANOS E MANUELA, 05 ANOS

Imagem 12 - O que eu não gosto na minha cidade.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.

9.3 VOZ DAS CRIANÇAS DE HERCULÂNDIA

A análise das falas, registros coletados nas rodas de conversa e atividades, revelam uma visão vívida e esperançosa das crianças sobre como seria sua cidade ideal. Elas expressaram um desejo por um ambiente bonito, colorido e seguro, com casas e escolas pintadas, além de muitos espaços verdes como parques e áreas naturais. A importância do universo lúdico-infantil também foi destacada, com pedidos por mais oportunidades para brincar e divertir-se, seja em parquinhos, praças, ou em espaços temáticos como piscinas e cinema.

Um tema recorrente foi a questão alimentar, onde as crianças manifestaram desejos pelos itens que são fornecidos durante os intervalos das aulas, como carne e frutas. Questões cotidianas como escassez de água, acesso à moradia e preocupações com segurança foram também abordadas, refletindo as realidades enfrentadas por suas famílias e comunidades.

Além disso, as crianças demonstraram uma forte consciência ambiental, expressando repúdio à sujeira e poluição nos espaços públicos, preocupações com a preservação da natureza, como rios e florestas, e cuidado com os animais de estimação e de rua, destacando o afeto e a preocupação com seu bem-estar.

Houve também uma evidente empatia e sensibilidade em relação aos outros, incluindo outras crianças e adultos. Essas manifestações refletem não apenas os desejos individuais das crianças, mas também sua preocupação genuína com o bem-estar coletivo e o futuro de suas comunidades.

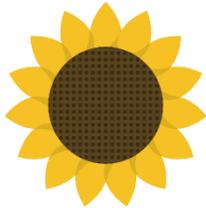
Portanto, as contribuições das crianças através dessa escuta qualificada não só enriqueceram o processo de elaboração do PMPI de Herculândia, mas também reforçaram a importância de considerar suas vozes e perspectivas na formulação de políticas públicas voltadas para a primeira infância. Essa abordagem não apenas promove a participação infantil, conforme preconizado na Convenção sobre os Direitos da Criança, mas também fortalece a base para um desenvolvimento urbano mais inclusivo, seguro e sustentável.

E agora, com vocês, a voz das crianças de Herculândia:



Qual o nome da cidade que vocês moram?

R: Minha casa (coletivamente)

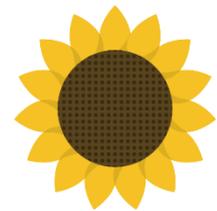


Quem cuida da casa de vocês?

R: Eu (coletivamente)

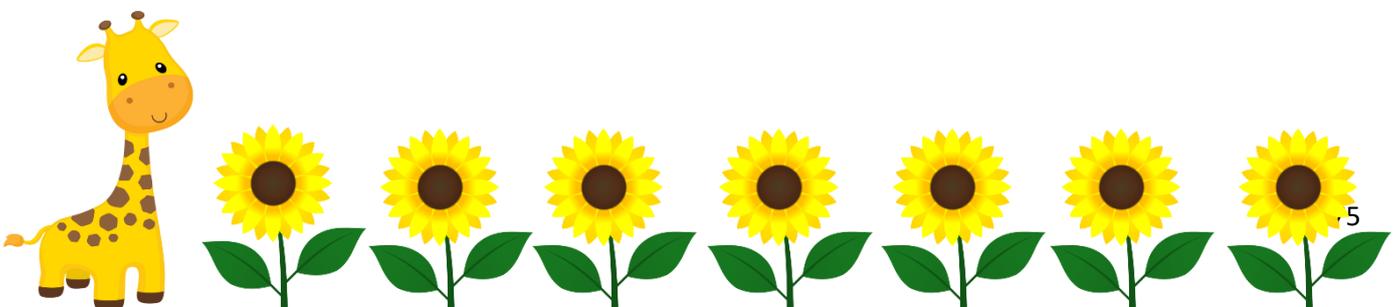
O que deixa uma cidade bonita e Feliz?

R: "O rodeio" (1 aluno do maternal II respondeu)



Se você fosse prefeito, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias?

R: Faria uma praia (1 aluno do maternal II respondeu)

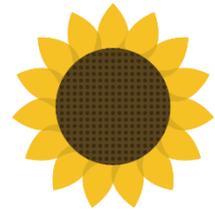




EMEI LEDA NOVAES TENÓRIO MATERNAL IA

Se você fosse prefeito de Herculândia, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias?

Piscina de bolinhas na escola. (Eduardo, 3 anos.)



Piscina de bolinhas na escola e linguça. (Samuel- 3 anos)



Papai Noel na escola. (Mateus- 2 anos)



Carne no papa e bolo. (Valentina- 3 anos)

Carne na escola e televisão. (Heitor- 3 anos)



Televisão. (Gael- 3 anos)

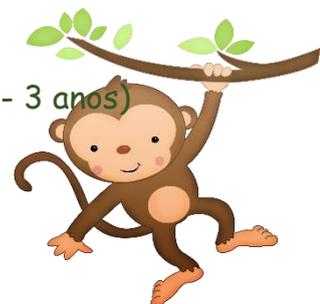




Imagem 13 - Atividade com as crianças do Cemei Leda Maternal I-A



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.

Imagem 14 - Atividade com as crianças do Cemei Leda Maternal I-A



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.





CEMEI LEDA NOVAES TENÓRIO MATERNAL IB

O que faz um prefeito?
Cuida (Gael- 3 anos)

Apenas o prefeito cuida da cidade?
Papai e mamãe. (Maria Alice- 3 anos)



O que deixa uma cidade bonita?
Flor amarela (Benicio- 2 anos)

O que deixa uma cidade feia e triste?
Sujeira (Rafael- 3 anos)

O que não poderia faltar na cidade?
Brinquedo na escola (Marco Antônio- 3 anos)

O que não poderia ter na cidade de jeito nenhum?
Trabalho (Hadassa- 2 anos)



Se você fosse prefeito de Herculândia o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias?
Dinheiro para comprar papa e brinquedo. (Eloah- 3 anos)



CEMEI LEDA NOVAES TENÓRIO MATERNAL IIA



O que faz um prefeito?

Arruma os buracos da cidade (Theo- 3 anos)

Cuida da gente (Arthur- 3 anos)

É só o prefeito que cuida da cidade? Quem pode ajudar também?

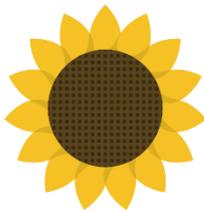
As pessoas (Maria Luiza- 4 anos)

O que deixa uma cidade bonita e feliz?

Minha mãe (Maria Alice- 3 anos)

Cidade limpa (Theo- 3 anos)

O parque (Samuel- 3 anos)



O que deixa uma cidade feia e triste?

Os buracos (Theo- 3 anos)

Cidade suja (Antonella- 4 anos)

Se você fosse prefeito de Herculândia, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias?

Brinquedo (Moisés- 3 anos)

Uma casa para minha mãe (Antonella- 4 anos)

Muitas bananas (Heloisa- 3 anos)

Um parque gigante (Arthur- 3 anos)

Uma praça cheia de florzinha e parque (Maria Júlia- 4 anos)

Cuidava dos buracos (Theo- 3 anos)

Bonecas (Sophia- 3 anos)





CEMEI LEDA NOVAES TENÓRIO MATERNAL IIB

O que faz um prefeito?

O homem que cuida da gente, ele compra remédio e comida. (Laura - 3 anos)

É só o prefeito que cuida da cidade? Quem pode ajudar também?

Não. Eu, não pode jogar lixo no chão. (Laura - 3 anos)

Não. Eu, não quebrando os brinquedos do parque. (Vitor - 3 anos)

Não. Eu, não quebrar o parquinho. (Miriam - 3 anos)

O que deixa uma cidade bonita?

Flores e escorregador. (Elisa- 3 anos)

Piscina e flores. (Henrico - 3 anos)

Praça (Miriam - 3 anos)

O prefeito, flor e escorregador. (Izadora - 3 anos)

Bola (Eloá Gabriely - 3 anos)

Árvores (Laura - 3 anos)

Praças e crianças (Vitor - 3 anos)

Balço (Eloa Damasio - 3 anos)

Árvore na praça (Maria Helena - 3 ano)

Árvores (Maria Maryá - 3 anos)

Parquinho na praça (Manuel - 4 anos)



O que deixa uma cidade feia e triste?

Balço quebrado e lâmpada quebrada. (Laura- 3 anos)

Buracos (Manuel- 4 anos)

Brinquedo quebrado (Izadora- 3 anos)

Ladrão (Henrico- 3 anos)

Mato (Vitor- 3 anos)

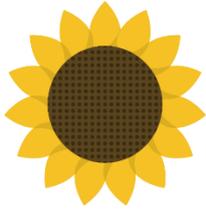


O que não poderia faltar na cidade?

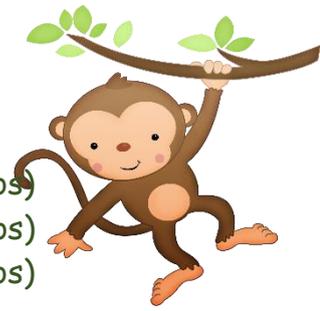
Árvores (Vitor- 3 anos)

Brinquedo e comida (Izadora- 3 anos)



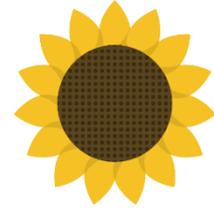


Parquinho (Henrico - 3 anos)
Remédio e comida (Laura 3 -anos)
Parquinho (Arthur - 3 anos)



O que não poderia ter na cidade de jeito nenhum?

Brinquedos quebrado (Izadora - 3 anos)
Mato (Laura- 3 anos)
Lixo na rua e ladrão. (Henrico - 3 anos)
Parquinho quebrado (Miriam - 3 anos)
Sujeira na praça (Vitor - 3 anos)



Se você fosse prefeito de Herculândia, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias?

Prender os ladrões e comprar piscina. (Henrico - 3 anos)
Comprar brinquedos e plantar árvores (Vitor - 3 anos)
Arrumar os balanços quebrados (Laura - 3 anos)
Fechar os buracos. (Manuel - 4 anos)

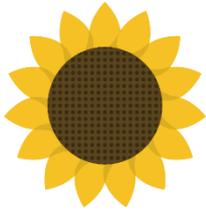


Imagem 15 - Atividade com as crianças do Cemei Leda Maternal II-B



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.





**EMEI PROFESSORA ODETE SANCHES LOVATO RODRIGUES
INFANTIL I E - ALUNOS DE 04 ANOS (COLETIVAMENTE)**

Os alunos participaram bem do bate-papo, relatando um pouco daquilo que entenderam em relação ao assunto.

O que é que faz um prefeito? Cuida da cidade e faz ruas novas. (Helena).

É só o prefeito que cuida da cidade? Quem mais pode ajudar também? Não, a gente pode ajudar e os nossos pais. (todos).



O que deixa a cidade bonita e feliz? A praça, as árvores, o parquinho e a nossa escola. (Heitor, Helena, Davi Lucas)

O que deixa a cidade feia e triste? Buraco nas ruas, (Maria Emanuely)



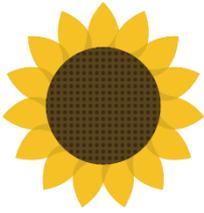
O que não poderia faltar na cidade? Não pode faltar: escolas, água e médico. (todos)

O que poderia não ter na cidade de jeito nenhum? Pessoas sem casa, sem comida e sem família (todos)

Se você fosse prefeito de Herculândia, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias? Mais parquinhos, torre de Internet, luz, arrumar os buracos das ruas, plantar bastante árvores e fazer um clube com piscina (Heitor, Samuel, Maria Emanuely, Alice, Helena, Isabelly).

O que eu mais gosto na minha cidade? Parquinho (todos).





O que menos gosto? Não souberam responder.



O que é bom para as crianças? Escola, mãe e pai. (coletivo).

Finalizamos esse momento com pinturas em tinta, onde os alunos puderam mostrar através de desenhos a sua participação como cidadão nos assuntos referentes a nossa cidade.

Imagem 16 - Atividades com alunos do maternal Fábio Almeida



Na roda de conversa, o Maternal 2 A, se interessou pelo assunto "Plano Municipal pela primeira Infância de Herculândia". O assunto foi abordado de forma simples, para que houvesse entendimento de todos.

Iniciamos a conversa falando sobre quem é (nome) e o que faz um prefeito pela cidade. As crianças deram várias sugestões do que pode ser feito, o que gostam ou não na nossa cidade.

Segue os nomes com as respectivas falas das crianças:

- Laura: "O prefeito cuida dos animais";
- "Não gosto de ver comida jogada nas ruas";
- Maria Helena: "Podemos plantar árvores";
- Arthur: "O prefeito pinta o asfalto e recolhe o lixo";
- O que mais gosto em nossa cidade: "Poder andar de patins na praça e de bicicleta no campo...";
- Murilo: "Temos que que limpar e lavar a frente de nossas casas".

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.





EMEF DONA MARIA BARBIÉRI DE FREITAS

O que é e o que faz um prefeito?

Cuida da prefeitura - Alice (6 anos)

Cuida da cidade - Gustavo (6 anos)

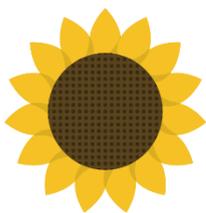
Cuida do município - Rafaela (6 anos)

É só o prefeito que cuida da cidade? Quem pode ajudar também?

Não, o prefeito fala para as pessoas que trabalham na prefeitura. Kevin (6 anos)

Não, tem só um prefeito. Alice (6 anos)

A gente que cuida, deixando a cidade limpinha. Eliza (6 anos).



O que deixa uma cidade bonita e feliz?

O mundo. Isadora (6 anos)

A gente tem que cuidar do mundo. José (6 anos)

Não jogar lixo no chão. Gustavo (6 anos)

Deixar a cidade limpinha. Luara (6 anos)

Todo mundo ajudar. Eloá (6 anos)

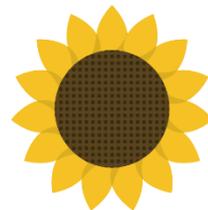
O que deixa uma cidade feia e triste?

Jogar lixo no chão. Miguel (6 anos)

Destruir a cidade. José (6 anos)

Quebrar as casas. Antony (6 anos)

Destruir a natureza. Rafaela (6 anos)



O que não poderia faltar na cidade?

Casa e natureza. José (6 anos)

Flor, porque deixa as coisas mais bonitas. Gustavo (6 anos)

Água. Sofia (6 anos)

Cor. Luara (6 anos)

Animais. Matheus (6 anos)

Prédio e árvores. Miguel (6 anos)





O que não poderia ter na cidade de jeito nenhum?

Furacão. Luara (6 anos)

Um tubarão, porque morde a gente e machuca. Isadora (6 anos)

Terremoto. Eloá (6 anos)

Ovo de dinossauros e brinquedos gigantes. Miguel (6 anos)

Se você fosse prefeito de Herculândia, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias da cidade?

Colocava mais parquinhos e brinquedos. Eliza (6 anos)

Um cinema. Miguel (6 anos)

Ajudar os pobres. Eloá (6 anos)

Deixar a cidade limpinha. Luara (6 anos)

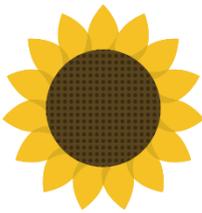
Uma piscina. Laura (6 anos)

Tudo ia ser diferente. Isadora (6 anos)

Faria comida para as pessoas. Rafaela (6 anos)

Iria manter tudo em ordem. Kevin (6 anos)

Iria comprar brinquedo para as crianças. Sofia (6 anos)



1º ANO B

O que é e o que faz um prefeito?

Cuidar das pessoas;

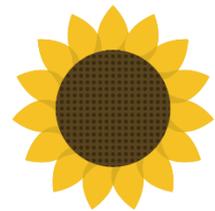
Comprar coisas;

Melhorar a cidade;

Tampar buracos da rua;

Assinar papéis.

Alunos: Helena, Davi, Miguel e Anna.



É só o prefeito que cuida da cidade? Quem pode ajudar também?

Não. Os policiais e o Tião Barraca.

Alunos: Byanca, Thamila e Arthur.

O que deixa uma cidade bonita e feliz?

Jogar o lixo fora; cuidar da rua, ter flores e árvores e mais praças com brinquedos.

Alunos: Sophia, Emanuely e Luiz Otavio.





O que deixa uma cidade feia e triste?

Ter lixo nas ruas, sem parques e pessoas sem casas, deixar o carro estacionado errado nas ruas e cidades com bandidos.

Alunos: Miguel, Helena, Matheus e Ketlyn.

O que não poderia faltar na cidade?

Água, lixeiro, plantação, flores e árvores, mercado, hospital, escola e trabalho.

Alunos: Sophia e Arthur.



O que não poderia ter na cidade de jeito nenhum?

Mato, bicho venenoso e lixo no chão.

Alunos: Pedro e Emanuely.

Se você fosse prefeito de Herculândia, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias da cidade?

Traria mais trabalho e ajudava os pobres.

Alunos: Luiz Henrique e Thamila.

Imagem 17 – atividade com os alunos da EMEF Barbieri



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (SME), 2024.



1º ANO C



O que é e o que faz um prefeito?

É o que manda na cidade;

Ele viaja e vai para qualquer lugar;

Quando uma pessoa precisa de um jardim o prefeito manda fazer;

Ele faz as praças e coloca brinquedos para as crianças;

Manda o construtor fazer escola para as crianças ficarem inteligentes;

Toma decisões;

Arruma estradas.

Alunos: Arthur, Arthur Levi, Clara, Danielli.

É só o Prefeito que cuida da cidade? Quem pode ajudar também?

Não, o vice-prefeito;

Deus também ajuda;

As pessoas também ajudam.

Alunos: Davi Levi, Emanuely, Emily.



O que deixa uma cidade bonita e feliz?

Construir prédios e casas;

Limpar a cidade;

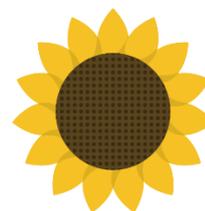
Colocar água nas plantas;

Não jogar lixo;

Abaixar o preço da comida;

Plantar árvores.

Alunos: Heloise, João Miguel, João Paulo.



O que deixa uma cidade feia e triste?

Deixar lixo na rua;

Deixar casa suja com teia de aranha;

Brigas;

Matar os animais.

Alunos: Julia, Laura, Livia.

O que deixa uma cidade feia e triste?

Lixeiras;

Pontes;

Casas;

Comida;





Carro;
Caminhão de entrega.
Alunos: Laura, Livia, Lorenzo, Luiza.



O que não poderia ter na cidade de jeito nenhum?

Não pode ter brigas;
Não pode ter cobras;
Não pode ter bandido;
Não roubar as coisas do mercado.
Alunos: Maitê, Manuella, Márcia.

Se você fosse prefeito, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias?

Deixar os preços mais baixos;
Construir mais escolas;
Colocaria pula-pula;
Mais parquinhos;
Restaurante com brinquedos.
Alunos: Márcio, Maria Julia e Quemuel.



1º ANO D

O que é e o que faz um prefeito?

Trabalha. Maria Antonella
Cuida da cidade. Eufrates.
Faz casa. Arthur.
Comprar materiais para a escola. Emanuely Safira.

É só o Prefeito que cuida da cidade? Quem pode ajudar também?

Polícia. Levy.
Bombeiro. João Miguel.
Conselho Tutelar. Emanuely Vitória.

O que deixa uma cidade bonita e feliz?

Jardim. Emilly Vitória.
Cores. Arthur.
Parquinhos. Kaue.

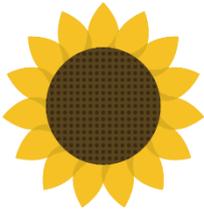


Cidade limpa. Emanuelly Safira.
Pessoas felizes. Emanuelly Vitória.



O que não poderia faltar na cidade?

Água. Maria Antonela.
Comida. Levy.
Pessoas. Emanuelly Vitória.
Casas. Kauê.
Parquinho. Kauê.
Prefeito. João Miguel.
Escola. João Miguel.

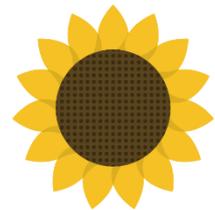


O que não poderia ter na cidade de jeito nenhum?

Ladrão. Emanuelly Vitória.
Escorpião. Kauê.
Bichos soltos na rua. João Miguel.
Drogas. Emanuelly Vitória.
Pessoas más. Emanuelly Vitória.

Se você fosse prefeito, o que faria para melhorar a vida das crianças e das famílias?

Fazer muitas escolas. João Miguel.
Comprar muitos materiais. Emanuelly Vitória.
Fazer muitos parquinhos. Emanuelly Safira.
Fazer casas. Emanuelly Safira e Maria Antonela.
Fazer uniformes para os alunos. João Miguel.
Comprar estojos. Levy.
Cuidava das plantas. Leonardo.





M
E
T
A
S

E

E
S
T
R
A
T
É
G
I
A
S



10. METAS E ESTRATÉGIAS

EDUCAÇÃO					
EIXO 1	Acesso, permanência e monitoramento da qualidade da educação infantil				
OBJETIVO	Ampliar a oferta de vagas em creches, assegurar a permanência e monitorar a qualidade da educação infantil				
META	Atender 100% da demanda declarada				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
1.1 Finalizar a construção da creche-escola do bairro Água Boa - Jardim Monte Rey	Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses	SME e secretaria de obras e planejamento	Recursos próprios e recursos estaduais	1º semestre de 2026	Obra em andamento iniciada em XX de 2024.
1.2 Ampliação do CEMEI Leda Novaes Tenório	Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses	SME e secretaria de obras e planejamento	Recursos próprios e recursos estaduais	1º semestre de 2027	
1.3 Ampliação da EMEI Professora Odete Sanches Lovato Rodrigues	Crianças de 4 a 5 anos	SME e secretaria de obras e planejamento	Recursos próprios e recursos federais	2º semestre de 2025	O terreno para a ampliação da unidade foi adquirido no ano de 2024 com recurso do VAAT provenientes da complementação da união.
1.4 Criação de um Banco de Dados contendo o número de crianças em idade de creche residentes no município	Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses	Secretaria Municipal de Saúde, Cartório de registro civil, Secretaria de Educação.	Recursos próprios	A partir de 2025.	Alimentação mensal do banco de dados em nuvem
1.5 Criar regulamentação municipal para assegurar melhor proporção criança/profissional por turma, em consonância com o PME	Crianças de 0 a 5 anos	Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação	Recursos próprios	A partir de 2025	Através de Deliberação do CME
1.6 Criar regulamentação municipal, com critérios atualizados para	Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses	Secretaria Municipal de Educação e	Recursos próprios	A partir de 2025	Através de Deliberação do CME

autorização de funcionamento e monitoramento das escolas privadas de educação infantil no âmbito municipal.		Conselho Municipal de Educação			
1.7 Criar os indicadores de qualidade da educação infantil nas diferentes dimensões	Crianças de 0 a 5 anos	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios	Janeiro/2025	
1.8 Orientar sobre a importância da assiduidade na creche/pré-escola.	Pais de crianças da educação infantil.	Secretaria Municipal de Educação e diretores de escolas.	Recursos próprios	Implementação Imediata	Durante as reuniões de pais e mestres
1.9 Encaminhamentos ao conselho tutelar e ministério público	Pais de crianças da educação infantil.	Secretaria Municipal de Educação e diretores de escolas e ministério público.	Recursos próprios	Implementação imediata	Apenas para os casos que não contemplem os percentuais mínimos previstos da LDB (60%).
1.10 Apoio dos Agentes Comunitários de Saúde na Identificação de crianças com quatro anos completos fora da escola	Agentes Comunitários de Saúde	Escolas e Secretaria Municipal de Saúde.	Recursos próprios	Implementação imediata	Durante as visitas nas residências.

EDUCAÇÃO					
EIXO 2	Formação dos profissionais da Educação infantil				
OBJETIVO	Qualificar em serviço os profissionais que atuam na Educação Infantil				
META	Assegurar a formação continuada em serviço de 100% dos profissionais da Educação Infantil				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
2.1 Garantir 2 (duas) horas de estudos mensais.	ADI, Berçarista, Monitor, Agente de Organização Escolar, Apoio Pedagógico e demais profissionais	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios	A partir de 2025	
2.2 Assegurar 4h bimestrais de formação continuada em serviço.	Monitor e demais profissionais da atividade meio	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios	A partir de 2025	
2.3 Buscar parceria com a iniciativa privada para investir na formação continuada	Professores e demais profissionais da Educação	Secretaria Municipal de Educação	Parcerias	Durante a vigência do PMPI	Parceria com a cooperativa SICREDI com o programa União faz a Vida e com o SESI.
2.4 Assegurar que as Horas de Estudos da Jornada de Trabalho Docentes sejam efetivamente utilizadas para a formação docente.	Professores da Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI	
2.5 Assegurar encontro semanal para a confecção de pautas formativas, de forma colaborativa.	Secretaria Municipal de Educação, Diretores de CEMEIS/EMEI, Coordenadores Pedagógicos	Gestores e Coordenadores Pedagógicos	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI	As pautas construídas coletivamente, devem assegurar espaço para as particularidades de cada Unidade

EDUCAÇÃO					
EIXO 3	Elaboração de documentos norteadores				
OBJETIVO	Revisitar os documentos norteadores que estabelecem as diretrizes para a Educação Infantil				
META	100% das Unidades Escolares da Educação com PPP revisitado e alinhado ao Currículo Municipal				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
3.1 Revisitação do Projeto Político Pedagógico (PPP) das Unidades Escolares	Comunidade Escolar	Secretaria Municipal de Educação e comunidade escolar	Recursos próprios	Bienal	Após homologação do Currículo Municipal para Educação Infantil
3.2 Elaboração dos descritores das habilidades e competências esperadas ao término da Educação Infantil	Crianças da Educação Infantil	Equipe pedagógica da SME	Recursos próprios	1º semestre de 2025	
3.3 Revisitar o Regimento interno das escolas municipais de Educação Infantil	Comunidade Escolar	Gestores e Coordenadores Pedagógicos	Recursos próprios	Julho/2025	Revisão anual acontece em julho de cada ano.
3.4 Elaboração do manual do estudante com todas as orientações sobre o funcionamento da escola com os deveres e direitos das crianças.	Pais de crianças da educação infantil.	Secretaria Municipal de Educação Gestores e Coordenadores Pedagógicos.	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI	Entrega do manual as famílias no início do ano letivo.
3.4 Elaborar resolução da SME sobre a normatização da busca ativa escolar	Crianças da Educação Infantil	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios	2º semestre de 2024	

EDUCAÇÃO					
EIXO 4	Da organização dos espaços, tempo, recursos materiais e mobiliários				
OBJETIVO	Assegurar que os espaços físicos e recursos pedagógicos e os mobiliários dos estabelecimentos estejam em conformidade com os parâmetros de qualidade				
META	Atingir 100% das Unidade de Educação Infantil com espaços organizados de forma adequada e insumos com quantitativo/qualidade para atendimento.				
ACÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
4.1 Ampliação do horário de atendimentos dos CEMEIs.	Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios e recursos federais	1º semestre de 2025	Atender em horário estendido as famílias que trabalham ou em situação de vulnerabilidade conforme critérios estabelecidos pela Resolução SME N° 01 de 03 de janeiro de 2024.
4.2 Garantir o fornecimento anual, e a reposição dos brinquedos, materiais educativos, mobiliários, e livros adequados à faixa etária, visando sempre a renovação dos acervos com títulos de qualidade	0 a 5 anos e 11 meses.	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios e recursos federais	Durante a vigência do PMPI	Periodicidade mínima semestral
4.3 Garantir que a organização dos espaços atenda as necessidade e interesses das crianças.	0 a 5 anos e 11 meses.	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios e recursos federais	Durante a vigência do PMPI	Periodicidade mínima semestral

EDUCAÇÃO					
EIXO 5	Alimentação saudável / segurança alimentar				
OBJETIVO	Garantir a alimentação adequada e saudável atendendo aos princípios da nutrição em qualidade, quantidade, harmonia e adequação.				
META	100% dos alunos da Educação Infantil recebam uma alimentação saudável, com segurança alimentar				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
5.1 Realizar orientações com as famílias sobre a introdução alimentar nos CEMEIS.	Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses	Nutricionista, Fonoaudióloga educacional.	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI.	Orientações podem ocorrer semestralmente durante as reuniões de pais e mestres.
5.2 Realizar orientações com as famílias sobre as necessidades e seletividades alimentares especiais.	Crianças de 0 a 5 anos	Nutricionista, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de saúde.	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI.	Orientações podem ocorrer semestralmente.
5.3 Parcerias com universidades e faculdades para palestras com a comunidade escolar e alunos.	Famílias e alunos da educação infantil	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de saúde.	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI.	
5.4 Capacitação para os funcionários responsáveis pela alimentação escolar das unidades de educação infantil.	Funcionários envolvidos	Secretaria Municipal de Educação	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI.	
5.5 Articular e intensificar ações com o CAE para monitoramento da qualidade/segurança alimentar.	Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) e Merenda Escolar.	CAE, Departamento de Merenda Escolar, Nutricionistas.	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI.	
5.6 Intensificar ações de educação nutricional à comunidade escolar objetivando a alimentação saudável das crianças.	Alunos da Educação Infantil.	Nutricionistas e escolas	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI.	
5.7 Ampliar as compras da	Alunos da Educação	Secretaria Municipal	Recursos Federais e	Durante a vigência	

agricultura familiar.	Infantil.	de Educação/ Departamento de Merenda Escolar, Nutricionistas.	Estaduais	do PMPI.	
5.8 Implantar sistema informatizado para apoio a elaboração de cardápios e cálculo nutricional.	Alunos da Educação Infantil.	Nutricionistas.	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI.	
5.9 Intensificar a redução de alimentos processados industrialmente e ultraprocessados na alimentação das crianças em âmbito escolar.	Alunos da Educação Infantil.	Departamento de Merenda Escolar, Nutricionistas.	Recursos próprios/ Recursos Federais e Estaduais	Durante a vigência do PMPI	
5.10 Intensificar o aleitamento materno e a disponibilização de salas de apoio à amamentação nos CEMEIs.	Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses	Departamento de Merenda Escolar, Nutricionistas, Direção de CEIM e Secretaria	Recursos próprios	Durante a vigência do PMPI.	
5.11 Não ofertar açúcares adicionados a crianças menores de 3 anos.	Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses	Nutricionista.	Recursos próprios/ Recursos Federais e Estaduais	Durante a vigência do PMPI.	

EDUCAÇÃO					
EIXO 6	Atendimento Educacional Especializado				
OBJETIVO	Assegurar o AEE para as crianças público da educação infantil.				
META	Garantir que 100% das crianças com deficiência matriculadas na educação infantil sejam atendidas pelo AEE				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
6.1 Ampliar as ações do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE).	Alunos público da educação especial	Secretaria Municipal de Educação.	Recursos próprios/federais	2º semestre 2025	Contratação de psicopedagogo
6.2 Disponibilizar apoio pedagógico para alunos indicados pelos NAEE público da educação infantil.	Alunos público da educação especial	Secretaria Municipal de Educação.	Recursos próprios/federais	Início de cada ano letivo	Normatizar a forma de indicação da necessidade de apoio.
6.3 Mapear e incluir em sistema informatizado todos os estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e altas habilidades e dotação.	Alunos com Deficiência ou TG ou Superdotação.	Secretaria Municipal de Educação.	Recursos próprios	Implementação Imediata	
6.4 Criar regulamentação que normatize o fluxo de encaminhamento, o módulo de atendimento do AEE no âmbito da educação infantil.	Crianças do AEE e Professores do AEE.	Secretaria Municipal de Educação.	Recursos próprios	2º semestre de 2024	

EDUCAÇÃO					
EIXO 7	Engajamento familiar na escola				
OBJETIVO	Engajar a família na instituição, de forma a participar dos processos decisórios e atividades da escola.				
META	Aumentar em 50% a participação da família nas atividades e decisões da escola.				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
7.1 Estabelecer “O dia da família na escolar” duas vezes ao ano.	Comunidade escolar	Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Social.	Recursos próprios	Durante o ano letivo	Parceria com as secretarias de saúde, e da promoção social para atualização vacinas e cadastros no suas.
7.2 Reunir semestralmente com pais pra discutir os indicadores de qualidade da Educação Infantil	Pais de Alunos ou responsáveis.	Direção de Escola.	Recursos próprios	A partir de 2025	
7.3 Implementar projeto continuado de orientação às famílias, sobre os cuidados na primeira infância, sobretudo as com maiores vulnerabilidade.	Pais de Alunos ou responsáveis.	Secretaria Municipal de Educação, Saúde Assistência Social Educacional.	Recursos próprios	A partir de 2025	
7.4 Desenvolver e implementar os protocolos de adaptação na Educação Infantil.	Pais e crianças.	Secretaria Municipal de Educação e Escolas	Recursos próprios	A partir de 2025	
7.5 Intensificar a interação escola e família nas ações pedagógicas.	Comunidade Escolar.	Direção/Coordenação Pedagógica.	Recursos próprios	A partir de 2025	
7.6 Implementar projetos integradores e intersetoriais que promovam o fortalecimento do vínculo familiar e comunidade com a escola.	Intersetorial.	Secretaria Municipal de Educação, Saúde, cultura, esportes e Social.	Recursos próprios	A partir de 2025	

PROMOÇÃO SOCIAL					
EIXO 1	Convivência Familiar e Comunitária				
OBJETIVO	Contribuir para formação de uma família funcional que exerça sua função protetiva e assegure os direitos das crianças				
META	Ampliar e qualificar a oferta de serviços socioassistenciais (programas, projetos e ações) voltadas para atendimento da primeira infância				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
1.1 Trabalho socioeducativo por meio de grupos com crianças e suas famílias com o objetivo de conscientizar sobre: importância do brincar, a partir dos recursos disponíveis em casa (papelão, caixas, garrafas e potes plásticos), cuidado, alimentação saudável, prevenção de acidentes domésticos, preconceito, criação e fortalecimento de vínculos afetivos, responsabilidade protetiva materna e paterna, atribuições dos pais, em especial, na condição destas crianças aprenderem internalizar limites, disciplinas e regras, além de preparar as famílias para dizer “Não”, malefícios do uso de celular, TV e jogos, reforçar a importância de uma convivência familiar saudável, onde os responsáveis abordem com os filhos princípios de solidariedade e empatia entre outras temáticas que permeiam o cotidiano de uma família..	Crianças e suas famílias	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios, recursos federais	Segundo semestre de 2025	
1.2 Incentivar, divulgar e propor para as famílias ações direcionadas	Famílias	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios	Durante a vigência do plano	Oficinas ovos de páscoa, panetones, doces finos e

ao empreendedorismo e formação profissional através da realização de cursos para conquista de emprego e renda					de material de limpeza, etc.
1.3 Ampliação de atividades Intergeracionais em órgãos públicos visando incentivar a convivência e o respeito entre crianças e idosos.	Crianças e suas famílias	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios	Durante a vigência do plano	

PROMOÇÃO SOCIAL					
EIXO 2	Alimentação e Nutrição na Primeira Infância.				
OBJETIVO	Incentivar as famílias a construírem hábitos alimentares adequados e saudáveis.				
META	Implantar horta em todos os serviços da Assistência Social que atendem a primeira infância e oferecer campanhas trimestrais sobre alimentação saudável.				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
2.1 Implantação de projetos de hortas comunitárias	Crianças e seus familiares	Secretaria Municipal da promoção social / secretaria de agricultura e meio ambiente	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
2.2 Oferta de campanhas nos meios de comunicação sobre a alimentação saudável na primeira infância.	Crianças e seus familiares	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	

PROMOÇÃO SOCIAL					
EIXO 3	Estimulação na Primeira infância.				
OBJETIVO	Ampliar serviços que visam a estimulação na primeira infância.				
META	Atender todas as crianças inseridas em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na faixa etária de 0 à 6 anos.				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
3.1 Implantação de brincadeiras que ajudem a estimular o desenvolvimento das crianças	Crianças	Secretaria Municipal da promoção social em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Secretaria de Educação	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
3.2 Implantação de jardins sensoriais em espaços públicos destinados ao atendimento de crianças na primeira infância.	Crianças	Secretaria Municipal da promoção social em parceria com a Secretaria Municipal de Esporte e Secretaria de Educação	Recursos próprios	Segundo semestre de 2025	

PROMOÇÃO SOCIAL					
EIXO 4	Planejamento Familiar				
OBJETIVO	Desenvolver a conscientização acerca da importância do planejamento familiar				
META	Promover no mínimo 2 intervenções anuais a nível municipal sobre esta temática				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
4.1 Projetos e ações voltadas para orientação e conscientização sobre métodos contraceptivos, bem como, a importância deste planejamento na dinâmica familiar.	Famílias	Secretaria Municipal da promoção social em parceria com a Secretaria Municipal de cultura e Secretaria de Educação	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	Campanhas de orientação às famílias da importância do planejamento familiar

PROMOÇÃO SOCIAL					
EIXO 5	Formação para os profissionais que atuam com o público infantil				
OBJETIVO	Preparar e fortalecer as atribuições dos profissionais que atuam na primeira infância				
META	Processo de formação mensal				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
5.1 Processo de formação/capacitação realizado por meio de (palestras, grupos de estudo reflexivos, debates, fóruns e pesquisas).	Profissionais SUAS-Sistema Único de Assistência Social	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
5.2 Fortalecer a atuação dos conselheiros tutelares com formação profissional contínua	Conselheiros Tutelares	Secretaria Municipal da promoção social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
5.3 Promover atividades motivacionais para alívio do estresse para os profissionais envolvidos com a primeira infância.	Profissionais SUAS-Sistema Único de Assistência Social	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	

PROMOÇÃO SOCIAL					
EIXO 6	Violência na Primeira Infância				
OBJETIVO	Evitar o acolhimento institucional de crianças na Primeira Infância				
META	Zerar o acolhimento institucional na faixa etária de 0 à 3 anos				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
6.1 Fortalecimento e articulação da rede proteção socioassistencial que realizará o atendimento da criança/vítima de modo humanizado	Rede Socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos.	Rede Socioassistencial	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
6.2 Formalização de fluxos intersetoriais de atendimento as crianças vítimas de violência	Rede Socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos.	Rede Socioassistencial	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
6.3 Realizar busca ativa das famílias com crianças de 0 à 6 anos, sensibilizá-las para inserção no SCFV e desta maneira intensificar as ações/atividades de prevenção, orientação e estimulação para educação não violenta (primeira infância, desenvolvimento infantil, com afeto e respeito, importância do brincar, relações e vínculos familiares entre outros), dando ênfase na capacidade protetiva das famílias	Crianças e suas famílias	CRAS	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
6.4 Priorizar o atendimento e acompanhamento de crianças vítimas de violência em situações de risco, inclusive, priorizando a inserção em serviços, programas e projetos sociais	Crianças e suas famílias	Rede socioassistencial e Sistema de Garantia de Direito	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	

6.5 Oferecer atividades educativas sobre o tema violência com as famílias em seus territórios e divulgar sobre os processos necessários para denúncia	Crianças e suas famílias	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
---	--------------------------	---	-------------------	---------------------------	--

PROMOÇÃO SOCIAL					
EIXO7	Acolhimento Institucional				
OBJETIVO	Proteger as crianças contra toda forma de violência e garantir sua integridade, saúde física, moral e mental				
META	Diminuir significativamente as situações de violência na Primeira Infância				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
7.1 Implantação do serviço de família acolhedora, priorizando crianças na primeira infância	Crianças, Famílias e Sistema de Garantia de Direitos (SGD)	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	
7.2 Promover campanhas publicitárias contínuas sobre o serviço de família acolhedora	Crianças, Famílias e Sistema de Garantia de Direitos (SGD)	Secretaria Municipal da promoção social	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	

CULTURA E TURISMO					
EIXO 1	Musicalização e Dança para público Infantil				
OBJETIVO	Proporcionar aulas de música e dança para crianças nos equipamentos culturais, educacionais e sociais				
META	Ampliar a oferta de acesso a musicalização e dança infantil em pelo menos 10%				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
1.1 Aula de musicalização.	Crianças a partir dos 04 anos	Secretaria Municipal de cultura e turismo/ Educação	Recursos próprios, recursos federais	Segundo semestre de 2025	
1.2 Aula de dança	Crianças a partir dos 04 anos	Secretaria Municipal de cultura e turismo/	Recursos próprios	Segundo semestre de 2025	

CULTURA E TURISMO					
EIXO 2	Contação de História				
OBJETIVO	Proporcionar atendimento as crianças através de Contação de Histórias				
META	Ampliar a oferta de atividade de Contação de Histórias na Biblioteca Municipal em pelo menos mais 1 dia na semana				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
2.1 Contação de História.	Crianças a partir de 3 anos.	Secretaria Municipal de cultura e turismo Assistência Social	Recursos próprios	Primeiro semestre de 2025	Projeto pode ocorrer durante todo ano nos projetos espaços amigos e PRODAM

CULTURA E TURISMO					
EIXO 3	Brinquedoteca				
OBJETIVO	Instalação de sala de brinquedoteca				
META	Instalar sala de brinquedoteca na Biblioteca Municipal e Projetos Municipais				
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
3.1 Criar ambiente para instalação brinquedoteca	Crianças a partir de 2 anos.	Sec. Cultura, Educação, Assistência Social	Recursos próprios	Segundo semestre de 2025	Preconizar na execução dos projetos os espaços que já atendem crianças como Espaço amigo, PRODAM, Conselho Tutelar e Escolas.
3.2 Adquirir móveis e brinquedos adequados a cada faixa etária	Crianças a partir de 0 anos	Sec. Cultura, Educação, Assistência Social	Recursos próprios	Segundo semestre de 2025	
3.3 Capacitar os funcionários do local	Crianças a partir de 0 anos, pais e funcionários do local	Sec. Cultura, Educação, Assistência Social	Recursos próprios	Segundo semestre de 2025	

SAÚDE				
EIXO 1	Taxas de aleitamento materno			
OBJETIVO	Ampliar a taxa de aleitamento materno			
META	Aumentar a taxa de aleitamento materno exclusivo até 6 meses em 10%			
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
1.1 Orientação sobre a importância do aleitamento materno.	Gestantes, Puérperas, pais de Crianças na Educação infantil profissionais da Rede municipal.	Secretaria Municipal de Saúde e Educação.	Implementação imediata e continua	
1.2 Implantação do grupo de apoio ao aleitamento materno.	Gestantes puérperas e familiares.	Secretaria Municipal Saúde. de	Implementação imediata e continua.	
1.3 Divulgação sobre os Benefícios do aleitamento materno para a criança e mãe.	Sociedade em geral.	Secretaria Municipal de Saúde.	Implementação imediata.	

EIXO 2	Cobertura de imunização			
OBJETIVO	Ampliar a cobertura de imunização na primeira infância			
META	Que a cobertura de vacinação das crianças atinja 95%			
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
2.1 Orientação sobre a importância da vacinação para proteção das doenças evitáveis.	Pais e professores de crianças de 0 a 6 anos.	Secretaria Municipal De Saúde e Educação.	Implementação imediata e contínua.	
2.2 Apoio da Educação na identificação de crianças sem esquema de vacinação completo.	Crianças de 0 a 6 anos.	Secretaria Municipal De Saúde e Educação.	Semestral.	
2.3 Divulgação sobre os Benefícios da imunização e na Proteção contra doenças	Sociedade em geral.	Secretaria Municipal De Saúde e Educação.	Implementação imediata.	

EIXO 3	Vigilância do desenvolvimento			
OBJETIVO	Ampliar as Ações de Vigilância do desenvolvimento infantil			
META	Que a todas as crianças da rede pública de saúde sejam avaliadas no programa de vigilância do desenvolvimento			
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
3.1 Detectar precocemente os desvios no desenvolvimento por meio de aplicação de testes específicos.	Crianças incluídas no Ambulatório de Puericultura a partir do nascimento.	Secretaria Municipal de Saúde.	Segundo Semestre 2024	
3.2 Identificar traços de TEA, encaminhando para intervenção precoce no Centro de Autismo.	Crianças incluídas no Ambulatório de Puericultura a partir do nascimento.	Secretaria Municipal de Saúde.	Segundo Semestre 2024	
3.3 Encaminhar crianças com atraso no desenvolvimento para programa de estimulação precoce da Apae.	Crianças incluídas no Ambulatório de Puericultura a partir do nascimento.	Secretaria Municipal de Saúde	Segundo Semestre 2024	
1.3 Divulgação nas PSF, UBS e creches municipais, sobre programa de vigilância do desenvolvimento.	Profissionais das áreas da saúde e educação, que trabalham com essa faixa etária.	Secretarias Municipais de Saúde e de Educação.	Segundo Semestre 2024	

EIXO 4	Qualificação Profissional			
OBJETIVO	Intensificar e ampliar a qualificação técnica dos profissionais com temas relacionados à primeira infância			
META	Realizar no mínimo 01 evento por ano de conscientização e Capacitação da rede pública municipal das equipes técnicas que atuam com a faixa etária de 0 a 6 anos com no mínimo 1 ação ao ano			
AÇÕES ESTRATÉGICAS	PÚBLICO ALVO	RESPONSÁVEIS	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
4.1 Implantação do Grupo de estudos, Educação permanente, capacitações, cursos e eventos com interesse nos temas da primeira infância	Profissionais da secretaria Municipal de saúde, que atendam crianças de 0 a 6 anos	Secretaria Municipal de Saúde.	Implementação imediata e contínua.	
4.2 Intensificar e ampliar as ações de conscientização quanto ao uso indiscriminado e desnecessário de medicamentos na primeira infância.	Profissionais da rede pública Municipal que prestam atendimento à primeira infância.	Secretaria Municipal de Saúde/ educação e promoção social	Implementação imediata e contínua.	
4.3 Fortalecimento do trabalho em rede	Profissionais da rede pública Municipal que prestam atendimento à primeira infância.	Secretaria Municipal de Saúde/ educação e promoção social	Implementação imediata e contínua.	

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMPI

O acompanhamento e a avaliação da implementação do PMPI são fundamentais para assegurar sua efetividade, sustentabilidade e impacto, conforme preconizado no Marco Legal da Primeira Infância e na legislação municipal que regula as políticas públicas para a primeira infância em Herculândia.

Assim como a responsabilidade pela proteção e garantia dos direitos das crianças é compartilhada entre o poder público, a sociedade e as famílias, o monitoramento da implementação do PMPI deve ser uma responsabilidade conjunta, incorporando contribuições dos diversos atores envolvidos, inclusive das próprias crianças.

Promover a participação social no monitoramento do PMPI é uma meta essencial deste plano, inserida no eixo de intersetorialidade para o atendimento integral na primeira infância. O objetivo é que tanto o governo quanto a sociedade possam acompanhar os avanços na execução do PMPI, avaliar o alcance das metas estabelecidas e identificar a necessidade de ajustes ou mudanças de direção.

Os mecanismos de monitoramento e avaliação do plano devem se basear na coleta sistemática de dados quantitativos e/ou qualitativos, facilitando análises que permitam avaliar os impactos da implementação do PMPI na garantia dos direitos e no desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos no município. Existem diversas metodologias e instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados pelos diferentes atores envolvidos na execução do plano.

Para coordenar e integrar esforços, assim como para cruzar informações, os procedimentos de monitoramento e avaliação devem ser padronizados, transparentes e garantir a participação ativa da sociedade civil, além dos profissionais técnicos da Prefeitura.

A divulgação regular de informações sistematizadas sobre o progresso do PMPI é parte integrante do processo de monitoramento e avaliação do plano. Além de tornar públicos dados de interesse geral, essa divulgação ajuda a aumentar o conhecimento da população e das famílias sobre as políticas e ações voltadas para a primeira infância.

O processo de avaliação e controle social do PMPI deve ser conduzido em três dimensões distintas:

a) Avaliação da Implementação das Estratégias do PMPI

A primeira dimensão do monitoramento da implementação do PMPI concentra-se nas estratégias delineadas no plano. Este processo visa identificar quais programas e ações destinados à primeira infância estão sendo efetivamente implementados. É crucial desenvolver um marco lógico com indicadores que possibilitem o acompanhamento das estratégias ao longo do tempo, orientando tanto a Prefeitura de Herculândia quanto outros atores não governamentais no atendimento de gestantes e crianças de 0 a 6 anos.

Entre as estratégias de monitoramento e avaliação definidas no PMPI, destacam-se duas:

- **Qualidade dos Serviços Públicos para a Primeira Infância:** Avaliar a qualidade do atendimento na primeira infância é essencial para garantir que os serviços oferecidos proporcionem os estímulos e cuidados necessários ao desenvolvimento integral das crianças. Não basta apenas a existência dos serviços, mas sim a sua eficácia e adequação às necessidades das crianças.
- **Transparência Orçamentária em Relação à Primeira Infância:** A Prefeitura deve destacar em seu orçamento anual os recursos destinados aos programas e serviços voltados à primeira infância, além de divulgar anualmente o percentual que esses recursos representam em relação ao orçamento total. Isso contribui para a transparência na gestão pública e para o acompanhamento pela sociedade civil.

Essas medidas visam assegurar que a administração municipal preste contas de forma transparente e responsável, mesmo considerando que nem todas as despesas públicas relacionadas à primeira infância são exclusivamente direcionadas a essa área. O balanço da implementação das estratégias do PMPI deve ser realizado anualmente durante a Semana Municipal da Primeira Infância, que será oficializada no calendário do município por meio de regulamentação.

b) Avaliação do Alcance das Metas e da Trajetória para seu Cumprimento

Diretamente ligado à avaliação das estratégias, o monitoramento do alcance das metas do PMPI verifica se os programas e ações implementados estão contribuindo efetivamente para alcançar as mudanças desejadas por cada uma das metas estabelecidas. É fundamental estabelecer indicadores que permitam avaliar o progresso em direção às metas, fornecendo subsídios importantes para decisões sobre ajustes ou revisões no plano. O balanço das metas será realizado a cada dois anos durante a Semana Municipal da Primeira Infância.

c) Avaliação dos Impactos da Implementação do PMPI no Desenvolvimento das Crianças do Município

Em colaboração com organizações da sociedade civil, empresas e instituições de ensino superior, poderá ser desenvolvida uma metodologia para avaliar o desenvolvimento das crianças. O objetivo é orientar as ações voltadas para essa faixa etária, avaliando os impactos positivos e identificando áreas que necessitam de maior atenção e investimento para promover um desenvolvimento saudável e integral das crianças de Herculândia.

11.1 GOVERNANÇA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

No âmbito da administração municipal, a responsabilidade pelo monitoramento e avaliação das políticas intersetoriais e do plano de ação da Prefeitura para a primeira infância cabe ao Comitê Gestor Intersetorial estabelecido. Este comitê conta com a participação de técnicos de todas as Secretarias envolvidas na implementação do plano, que atuam como relatores setoriais. Eles são responsáveis pela coleta, sistematização, análise e apresentação de dados e informações sobre as ações pertinentes às suas áreas de atuação.

Para fortalecer o controle social sobre a implementação do PMPI, será formalizada uma Comissão de Avaliação composta por representantes do poder público e da sociedade civil. Esta comissão terá a função de avaliar o grau de execução das estratégias e o progresso das metas estabelecidas no Plano Municipal para a Primeira Infância. Além disso, será responsável por analisar a execução orçamentária da Prefeitura relativa às ações voltadas para a primeira infância, assegurando transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O monitoramento da implementação do PMPI será realizado de forma contínua pela Prefeitura, com acompanhamento periódico da Comissão de Avaliação. Esse processo contínuo e participativo visa garantir a efetividade das ações, permitindo ajustes e correções necessárias ao longo do tempo para alcançar os objetivos estabelecidos em benefício das crianças de Herculândia.

12. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

Acesso em: 07 jun. 2023.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf Acesso em 8 de fevereiro de 2023.

_____. **Indicadores de qualidade da educação infantil** - Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf Acesso em 9 de fevereiro de 2023

_____. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. **Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, 9 mar. 2016.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. - Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742/93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social**. Disponível em: < <http://mds.gov.br/cnas>>. Acesso em: 7 de junho de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília, 2012.

_____.MDS-CNAS. **Ministério do Desenvolvimento Social. Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993: dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://mds.gov.br/cnas> . Acesso em: 20 de abril de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações sobre Conselhos e Controle Social da Política Pública de Assistência Social**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cartilhas/SUAS_Orientacoes_conselhos_controlesocial.pdf . Acesso em: 7 de junho de 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SUAS - **Sistema Único de Assistência Social: Volume 3 - Planos de Assistência Social**. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/SUAS_Vol3_planos.pdf . Acesso em: 20 de abril de 2023.

_____. **Programa Criança Feliz**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/copy_of_oprograma . Acesso em 20 de abril de 2023

_____. Rede Nacional Primeira Infância. **Plano Nacional para a Primeira Infância**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

DI LORENZO, J. **A importância de escutar as crianças**. Disponível em: < <https://leiturinha.com.br/blog/escutar-ascrianças/#:~:text=Essa%20escuta%20sens%C3%ADvel%20e%20afetuosa,infinitas%20maneiras%20de%20se%20expressar.>> 21 out. de 2020. Acesso em: 20 de abril de 2023.

EDUCAMAISBRASIL. **Conflitos étnicos. Educa Mais Brasil**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/conflitos-etnicos>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

FUNDAÇÃO Maria Cecília Souto Vidigal. **Primeira Infância Primeiro**. Disponível em <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/> Acesso em 20 de abril de 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

HECKMAN, James J. **A importância da educação infantil**. Revista Veja, São Paulo, 01 jun. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/jamesheckman-nobel-desafios-primeira-infancia> . 20 de abril de 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York: UNICEF, 1989.

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo Cid. Instituto Socioambiental. In: **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>> Acesso em: 20 de abril de 2023.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e método em psicologia**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

